

ACTA N.º 6

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA EM 30-06-06**

Aos trinta dias do mês de Junho, do ano dois mil e seis, na sala de sessões dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Entroncamento, sob a Presidência do Senhor **João Aires Moreira Mora Leitão**, secretariado pelos Senhores **Rui Pedro Dias Gonçalves** e **Fernando José Guia Barbosa**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes Membros: ---

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Rui Vítor Pires Bragança, João Carlos Rosa Pedro, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, Sérgio Manuel Carrondo Amaro e Paulo Jorge Martins Beirante. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

António Isidro das Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e Carlos Alberto Pato das Neves. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

Mário Eugénio Filipe Duarte e António Silvino da Costa Ferreira. -----

Na qualidade de **Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista**, os Senhores: -----

Manuel Pereira Bilreiro e Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal** o Senhor Presidente da Câmara Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, Senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Maria João Gil dos Santos Grácio, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Ezequiel Soares Estrada e Henrique dos Reis Leal. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão quando eram vinte e uma horas e dez minutos, começando por dar posse ao novo elemento **Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta**, que substituiu o deputado Sérgio Miguel Gil Nunes, do Partido Social Democrata, que pediu a suspensão do mandato por período inferior a trinta dias. -----

Após a leitura da acta avulso de instalação do novo membro e do juramento por parte deste, o Presidente da Assembleia considerou investido nas funções. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO CINCO: -----

A acta número cinco foi **aprovada por maioria**, com **vinte votos a favor**, sendo, oito votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, três abstenções, sendo duas do Partido Social Democrata e uma do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Temos neste momento quatro moções em cima da mesa, uma com origem no Bloco de Esquerda, duas do Partido Social Democrata, uma da Coligação Democrática Unitária e, há mais duas moções que estão a ser poli copiadas e serão distribuídas. -----

Dou a palavra ao porta-voz do Bloco de Esquerda para nos expor o teor desta moção.” -----

Carlos Matias lê e comenta a moção apresentada pela sua bancada: “-----

MOCÃO: -----
«De há anos para cá têm sido reiteradas as notícias, dando conta da degradação de valioso património ferroviário, quer devido ao natural efeito do abandono e do tempo, quer como resultado de roubos e de actos de vandalismo. -----

Estarão, pois, em risco peças de grande valor museológico, um património que é nacional mas a que esta cidade está especialmente ligada, a acolher futuramente no Museu Nacional Ferroviário, com sede no Entroncamento. -----

Na reunião havida entre a Comissão Permanente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Fundação Ginestal Machado, Eng.º Carlos Frazão, ficou patente a incapacidade desta Fundação acautelar e recuperar este património, a curto prazo. Essa mesma incapacidade acaba por ser reafirmada, em entrevista recente do Presidente da Fundação a um matutino de referência. -----

Essas peças e equipamentos são propriedade da CP e da EMEF, empresas estatais, pelo que se afigura estranho que, por um lado o Estado invista no Museu Ferroviário mas, por outro lado, assista passivamente à degradação paulatina – e, por vezes, irreversível – do seu património futuro. -----

Daí, a Assembleia Municipal do Entroncamento: -----

- Manifestar a sua preocupação pela contínua degradação de tão importante espólio ferroviário; -----

- Recomendar ao Governo, através do Ministério da Cultura, que intervenha junto da CP e da EMEF no sentido de rapidamente serem criadas condições para impedir a degradação, bem como garantir a segurança de todo o património referenciado com valia museológica, de forma a evitar a perda irreparável de espólio de valor único, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional.» -----

Continuou **Carlos Matias**: “Esta moção aparece seis meses depois de nós termos aqui apresentado duas moções mais abrangentes; uma apresentada em Dezembro do ano passado, pelo Partido Social Democrata e outra pelo Bloco de Esquerda, que, além deste aspecto particular, contemplava outros relacionados com o Museu Ferroviário. -----

Pensamos ser oportuno recolocar a questão aqui, uma vez que as informações recentes de que dispomos todos, através dos elementos que aí estão referenciados, são de que não há perspectiva de ser acautelada a segurança, nem a recuperação de peças com valia museológica. E há muito material que está já arrolado como acervo museológico e que deveria passar para a tutela da Fundação para que se continue no estado de degradação progressiva a que existe. -----

Dispenso-me de enumerar um conjunto de locomotivas e de carruagens que estão nessas circunstâncias, mas o que é facto, é que continuam, peças que estão em mau estado e estão a ser actos de vandalismo. -----

Por outro lado, há um aspecto que não está aqui contemplado, mas que talvez devesse estar, e não quer dizer que não venhamos a aborda-lo em futuras situações, é que, sobretudo no que respeita à REFER, continuam a ser abatidas ao património elementos e elementos patrimoniais de potencial valia museológica e que não está a ser acautelado para o futuro, porque a história faz-se a cada momento, a história não é só aquilo que se passou há trinta, quarenta, cinquenta, cem anos, mas hoje mesmo está a ser feita história, está a ser feita a renovação do equipamento e hoje mesmo, esse património potencialmente interessante para o Museu, está a ser abatido sem qualquer cuidado. -----

Penso que todos compreendemos, e é da nossa experiência, de que, no que ao Museu diz respeito, se não houver uma pressão continuada, pelos vistos, este processo muito

difícilmente dá passos em frente. A ideia é manter na ordem do dia este assunto e pressionar no sentido de acautelar o património ferroviário.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “De facto, o conteúdo desta moção, para nós, tem um peso bastante significativo. Daí que a defesa deste património, transversal a todos os cidadãos, não temos pejo nenhum em apoiar e vamos votar a favor.” -----

Solicitou intervir **Maria Isilda**: “Relativamente a este documento, ele vai ao encontro das expectativas, ou das necessidades, se calhar, que todos nós sentimos face ao problema da Fundação. -----

Queria apenas fazer referência, em complemento à intervenção do Engenheiro Carlos Matias, da opinião com que fiquei, em termos pessoais e que me parece que é generalizada das pessoas que contactam com o Senhor Presidente da Fundação, da boa opinião que surge da pessoa que está há tão pouco ligada a esta instituição, mas que, efectivamente, já conhece muito bem o processo, já conhece muito bem o Entroncamento e está a trabalhar dentro do Entroncamento e com as pessoas do Entroncamento e formular votos para que, em complemento a este documento, consigamos, com o Engenheiro Carlos Frazão, fazer o trabalho que se espera para esta Fundação e para concretizar efectivamente o Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento.” -----

Mário Eugénio pediu a palavra: “Quando esta moção me veio ter à mão eu achei que faltava aqui qualquer coisa e depois da intervenção do Engenheiro Carlos Matias, também me pareceu que ele próprio reconhecia isso. Só que ele depois não mostrou forma de concretiza-la. E eu refiro-me ao seguinte: -----

Aqui fala em peças e equipamento propriedade da CP e da EMEF. Eu creio que isto é curto, porque não podemos olhar para o Museu Ferroviário apenas como carruagens e locomotivas! Ou seja, todos os equipamentos ligados à infra-estrutura são equipamentos propriedade da REFER. -----

Eu não sei se foi propositado o facto de não estar aqui a REFER, ou se os equipamentos e peças da REFER não têm nada a ver com o Museu Ferroviário. É só esta a questão que eu queria colocar. -----

Pergunto ao Bloco de Esquerda ou ao autor da proposta se não quer acrescentar aqui a REFER, ou se eu estou a ver mal o problema e não faz mesmo sentido estar aqui a REFER?” -----

Interveio **Carlos Matias**: “Nós acolhemos a sugestão. Achamos que é oportuno e, portanto, acrescenta-se «CP, EMEF e REFER» no último parágrafo. -----

Ou seja, sempre que se faz referência à CP e à EMEF, acrescenta-se CP, EMEF e REFER.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir sobre a moção em discussão, o **Presidente da Assembleia** colocou a mesma à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOCÃO: -----

A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

De seguida foi dada a palavra a **Maria Isilda** que apresentou e comentou uma Moção apresentada pela sua bancada: -----

MOCÃO: -----

«Em 24 de Novembro de 2004, aquando das comemorações do Aniversário do nosso Concelho, o então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mexia, comprometeu-se publicamente na resolução do problema da Segurança das Pessoas no viaduto sobre a A23, junto ao Casal do Grilo. -----

Volvidos quase dois anos sobre essa data, nada foi feito – as Estradas de Portugal não assumiram os compromissos do Governo e a tutela também ainda não honrou os compromissos de Estado dos seus antecessores. -----

A população continua sujeita, todos os dias, à falta da Segurança que o viaduto existente continua a não oferecer, pese embora o Estado exija aos participantes o cumprimento de regras que não cumpriu e continua a não cumprir, enquanto dono da obra. -----

Não tendo o Município do Entroncamento competência para intervir neste espaço que não é o seu; -----

Continuando presentes as razões das diligências efectuadas, visando assegurar condições de segurança para todos os cidadãos, nomeadamente para os peões que circulam desprotegidos no referido viaduto; -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 30 de Junho de 2006, delibera: Manifestar a sua indignação pelo arrastar de um processo que não deveria existir se no projecto da obra tivesse sido acautelada a segurança das pessoas, nomeadamente dos peões; -----

Solicitar a intervenção dos Senhores Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Secretário de Estado das Obras Públicas, para que seja cumprido o compromisso assumido pelo Governo para com a população do Entroncamento, mais especificamente a população do Casal do Grilo e Fontainhas. -----

Dar nota desta deliberação, remetendo cópia da mesma ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, ao Senhor Governador Civil de Santarém e à Comunicação Social local e regional.» -----

Continuou **Maria Isilda**: “Este documento é consequência da noção de que o trabalho, para além das posições da Assembleia Municipal, o trabalho do nosso município não tem tido eco nas instâncias próprias, nomeadamente junto das Estradas de Portugal. -----

Nessa medida, pareceu-nos oportuno trazer este documento à Assembleia e propô-lo à votação, para mais uma vez pedirmos que a intervenção, que é esperada e a que temos direito, seja feita.” -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias**: “Evidentemente que vamos votar a favor. Aliás, não é a primeira vez que este assunto vem à Assembleia Municipal. Tenho ideia que nós próprios já trouxemos aqui uma moção com alguma semelhança e, portanto, esta moção é oportuna. Aliás, vem na sequência de uma que o Bloco de Esquerda apresentou e foi aprovada pela Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. Portanto, interpretando o sentido dos moradores e as preocupações que os moradores da zona apresentam ao perigo que significa passar naquele local. -----

Portanto, estamos de acordo com os fundamentos da moção e vamos votar a favor.” –

Pediu a palavra **Pato das Neves**: “Eu só gostaria que o Partido Social Democrata tivesse recuado um bocadinho. Era bom que tivesse recuado um bocadinho e em vez de ter colocado aqui o António Mexia, porque eu assisti à inauguração do então IP5, hoje A23, e tive na ocasião, oportunidade de trocar impressões com o meu colega de curso, Joaquim Ferreira do Amaral. Portanto, a obra é uma obra do Partido Social Democrata! Se está mal executada, foi o Partido Social Democrata que a executou mal! Independentemente do que está aqui.” -----

Solicitou a palavra **Ferreira Marques**: “Nós, de facto, globalmente, concordamos com o texto e o objecto do texto e, pondo de lado quaisquer outras considerações, vamos votar favoravelmente.” -----

Interveio de seguida **António Ferreira**: “Este assunto já apareceu muitas vezes, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal. Tem tido o empenho de todas as forças políticas. Todas as forças políticas se têm preocupado com isto mas é necessário mais. É necessário

que as forças políticas aqui presentes possam fazer alguma pressão sobre os seus partidos, sobre as suas organizações e, sobretudo, sobre o Governo. -----

Acho que esta situação é extremamente grave. Já houve consequências muito graves para algumas pessoas daquelas que vivem naquela zona e é necessário resolver o problema o mais depressa possível. -----

É necessário de facto, e volto a repetir, o empenho de todas as forças.” -----

De seguida, pediu a palavra **Maria Isilda**: “Eu queria apenas fazer uma pequena correcção. Não estamos a caminho da Guarda, é um bocadinho mais o IP6, se não se importa e, relativamente ao Engenheiro Ferreira do Amaral, como a qualquer outro Ministro, eles são responsáveis por uma área. Cometem-se erros e fazem-se coisas boas. E o que é importante para nós, aqui, é que de facto, depois do compromisso assumido para com a população do Entroncamento, ele ainda não está concretizado. E nós queríamos vê-lo concretizado.” -----

Ninguém mais querendo intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTACÃO DA MOÇÃO: -----

A Moção apresentada pelo Partido Social Democrata foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Foi dada a palavra a **Maria Isilda** que apresentou uma proposta de deliberação em nome da bancada do Partido Social Democrata: “Esta proposta de deliberação tem a ver com uma data que se assinala amanhã e diz assim: -----

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: -----

«O Entroncamento nasceu e cresceu, tendo em menos de um século passado de lugar a Freguesia, constituindo-se como Concelho e atingindo o estatuto de cidade. -----

A nossa curta história contou com o empenho e a dinâmica de homens e mulheres que trabalharam afincadamente, com o seu bairrismo e o imenso gosto pela sua terra, esta nossa terra, para fazer crescer e desenvolver o Entroncamento. -----

Interpretando o sentimento desses homens e mulheres, os eleitos do PSD comprometeram-se a cumprir as diligências necessárias à apresentação de um Projecto de Lei que consignasse a criação de uma nova freguesia no concelho. Comprometeram-se e cumpriram. -----

Faz amanhã, dia 1 de Julho, 3 anos que subiu ao Plenário da Assembleia da República e foi discutida e aprovada a criação da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, no nosso concelho. A nossa primeira Freguesia, a do Entroncamento, deu lugar à nova Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e à Freguesia de São João Baptista. -----

Com esta alteração da organização administrativa do território do Concelho permitiu-se uma maior proximidade dos eleitores aos eleitos e acalentou-se a esperança de que essa proximidade e a partilha de responsabilidades e competências fossem motor de um Entroncamento melhor. -----

Os eleitos das freguesias são, efectivamente, aqueles que estão mais próximos dos cidadãos, aqueles que podem interpretar as suas necessidades mais prementes e, em articulação com os municípios, procurar os melhores caminhos, as soluções, para que o desenvolvimento que se procura tenha sempre presente os anseios e o bem estar das populações. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 30 de Junho de 2006, delibera: -----

- manifestar o seu empenho na continuação da construção de um concelho, suportado no Poder Local, que vá ao encontro das pessoas, salvaguardando as suas necessidades a médio e longo prazo; -----

- congratular-se com a passagem desta data, após a possibilidade de aplicação da Lei que permitiu o efectivo cumprimento da vontade dos munícipes as Eleições Autárquicas de Outubro de 2005 possibilitaram a constituição dos novos órgãos autárquicos e a concretização de uma política de proximidade à população; -----
- dar pública nota desta deliberação à Comunicação Social local e regional.» -----

Continuou **Maria Isilda**: “Relativamente a este documento, é um pouco o manifestar o apreço pelo trabalho dos autarcas das freguesias, enquadrado no trabalho de todos nós e, de algum modo, deixar clara a importância que atribuímos à ligação que pode existir dos autarcas aos munícipes. A cada dia esta ligação é importante e, no caso do Entroncamento, nós sabemos que ao longo de um período de tempo muito curto, foi possível fazer de um pequeno lugarejo, uma grande terra. -----

Com o sorriso mais ou menos rasgado de alguns, mas uma terra que, à medida daqueles que cá estiveram e a construíram, é uma terra de que muita gente gosta, é uma terra que é o berço dos caminhos-de-ferro, é a nossa terra.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “A Coligação Democrática Unitária teve uma posição, na altura da constituição desta freguesia, uma posição um pouco diferente das outras forças políticas. Bateu-se enormemente para que houvesse um debate sério sobre a criação da freguesia. Nunca nos mostrámos contra, não nos mostramos a favor, achávamos que a população tinha um papel a desenvolver e que devia manifestar-se em relação à criação da freguesia. -----

Aliás, essa posição já vinha de há muitos anos atrás e, de facto, regozijo-me ver aqui na posição do Partido Social Democrata, a única questão que achávamos claramente que era um benefício para a população do Entroncamento, que era o benefício de criar um órgão mais próximo da população. Achávamos que era de facto aquilo que mais nos aproximava da criação da nova freguesia. -----

Em relação às outras questões, sempre tivemos a posição de que a população devia ser ouvida de uma forma aberta. Devia haver debates abertos e não aquilo que aconteceu! Aconteceu um debate que foi extremamente orientado, extremamente virado para um não debate. -----

De qualquer forma, já que ela está criada, nós desejamos que o papel desta freguesia seja aquilo que nós pretendíamos na altura, que é a proximidade com a população. Ela está criada e nós vamos empenhar também no bom trabalho desta freguesia.” -----

Pediu a palavra **Maria Isilda**: “Não querendo tirar a palavra a ninguém que tivesse inscrito, mas eu estava a ler isto e faltava-me aqui uma coisa. -----

No penúltimo parágrafo, a seguir a munícipes, deveria estar aí um travessão. Peço a todos que acrescentem um travessão: «...munícipes – as Eleições Autárquicas de Outubro...».” -----

De seguida, solicitou a palavra **Ferreira Marques**: “Ouvi atentamente a leitura deste texto. Esta temática foi uma temática que, dentro do Partido Socialista, nunca foi pacífica. Havia de facto opiniões favoráveis e opiniões contra. Isto foi debatido democraticamente entre nós. Os nossos eleitos, no anterior mandato, optaram por apoiar a criação da nova freguesia. Mas de facto, as nossas diferentes opiniões internas advinham da circunstância de o tema nunca ter sido profusamente debatido, analisadas e quantificadas as vantagens e eventuais inconvenientes. Daí que sempre houve alguma dificuldade em questões de pormenor apoiar essa ideia. -----

Foi sempre pacífico que era importante um novo órgão autárquico junto das populações. Isso nunca foi posto em causa. Foram sempre questões de pormenor de análise e de avaliação do projecto dessa natureza. -----

A situação está consolidada e fazemos bastantes votos que prossiga e faça um bom trabalho junto das populações. -----

No que concerne a esta proposta de deliberação, como não discutimos esta matéria, que é uma matéria que de alguma forma nunca foi clarificada, mesmo por nós, eu, em nome do Partido Socialista, vou dar liberdade de voto aos membros que constituem o grupo do Partido Socialista. Embora aconselhe a votação favorável.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta de deliberação em debate à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: -----

A proposta de deliberação apresentada pela bancada do Partido Social Democrata foi **aprovada por maioria com vinte e um votos a favor**, sendo de votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, duas abstenções do Partido Socialista. -----

Pato das Neves faz declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«Eu abstenho-me porque, conforme disse antes e continuo a dizer, até que me provem o contrário, não houve mais valia nenhuma para o Entroncamento a criação de uma nova Junta de Freguesia, antes pelo contrário, aumentaram as despesas e, no meu caso pessoal, quando quis votar com a minha mulher, tive de fazer seis viagens entre um lado e o outro, para poder votar e dentro daquilo que estava definido pelas Juntas de Freguesia.» -----

De seguida, foi dada a palavra a **António Ferreira** que apresentou uma moção da Coligação Democrática Unitária: -----

MOÇÃO: -----

«Proposta de Lei do Governo sobre Finanças Locais. -----

A proposta do Governo confirma as piores expectativas quanto à natureza, objectivos e soluções nela contidos. Na verdade o seu conteúdo deixa claro que o que preside a esta iniciativa é, não o reforço e recuperação da capacidade financeira das autarquias, mas sim aliviar o Orçamento de Estado do volume de transferências para as autarquias, aumentar o regime de instabilidade a que o seu financiamento tem sido sujeito e reduzir a função redistributiva e o papel de coesão que a Lei de Finanças Locais deve ser chamada a desempenhar por imperativos constitucionais. -----

A proposta de Lei do Governo assenta em três eixos fundamentais e convergentes no ataque à autonomia das autarquias, em particular à sua autonomia financeira, – limitação da capacidade de financiamento, natureza do financiamento e tutela de mérito – expressos na:

- ◆ *Redução do montante global de financiamento dos municípios pela diminuição de 30.5 para 25% da média aritmética do IRS, IRC e IVA (correspondente a um corte de 407 milhões de euros e a 18% do total actual), que fica longe de ser compensado pelos 131 milhões de euros que correspondem à nova participação de 2% do IRS cobrado na área de cada município; Redução a menos de metade do limite máximo da derrama municipal.* -----
- ◆ *Consagração de um princípio, no regime de finanças locais, orientado, ainda que indirectamente, para empurrar as autarquias no sentido de garantirem os recursos de que necessitam através da fiscalidade local e de uma política anti-social de taxas e tarifas;* -----
- ◆ *Criação de diversos mecanismos de tutela preventiva e de sanções administrativas. Intervenção directa do Governo na gestão (declaração da situação de desequilíbrio financeiro estrutural), consagração da possibilidade de transferência avulsa de novas competências, integral subordinação da Lei de Finanças Locais às Leis do Orçamento de Estado e do Enquadramento Orçamental, rebaixando o seu estatuto constitucional, impossibilitando a gestão autónoma responsável a prazo de mais de*

um exercício económico e transformando, de facto, as autarquias em meros serviços desconcentrados. -----

O governo que se propõe reduzir as transferências para os municípios e lhes oferece em alternativa um mecanismo de compensação apenas parcial, o faz acusando, cinicamente, a priori as autarquias que o utilizem de não «desagravarem» a carga fiscal sobre as famílias e tornarem os seus territórios menos «competitivos»; -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 30 de Junho de 2006, em sessão ordinária, entende que não é aceitável nem legítimo que em nome do aperfeiçoamento da Lei 42/98 se procure, não o seu aperfeiçoamento numa perspectiva de reforço da autonomia financeira das autarquias, mas sim, a consagração de alguns objectivos que o desrespeito pela aplicação da presente Lei, em vigor, foi procurando impor como factos consumados.» -

Continuou **António Ferreira**: “Ao longo destes anos, não foi só o Governo do Partido Socialista, foi o Governo também anterior do Partido Social Democrata, não cumpriram aquilo que está em termos de finanças locais. E esse não cumprimento, neste momento o Governo do Partido Socialista pretende legitimar alterando a Lei. Desrespeitou a Lei e neste momento altera a Lei.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “É nossa opinião que esta nova forma de encarar o financiamento das autarquias locais não será de todo má. Porquanto há aí células políticas da nossa praça, de várias correntes ideológicas e partidárias, que têm vindo a tecer elevadas considerações na imprensa nacional onde dizem que até que enfim aparece alguém que sabe atacar o problema pela raiz. -----

Até porque, se calhar, é preciso pôr alguma ordem nestas coisas! Porque há muita gente a gastar o que não deve, há muita gente a gastar o que não tem! Por conseguinte, quando as pessoas não sabem governar o que têm, tem que haver alguém que intervenha, uma tutela que os ensine, que os ajude, que os proteja, que faça pedagogia e que ela própria seja feita na Lei. -----

Daí aconselho o Partido Social Democrata a ler uma entrevista da Doutora Manuela Ferreira Leite, onde diz: «até que enfim que no regime democrático aparece alguém com capacidade de ir à raiz do problema». Leia-se no *Expresso* e no *Público*, uma Ministra que não podemos desconfiar das grandes paixões que tenha pelo Partido Socialista ou pelo Engenheiro Sócrates! -----

Por conseguinte, achamos que, não obstante o importante de haver correcções que possam ser feitas às Leis e Projectos-Leis, nós apesar disso, como não temos ainda um conhecimento global da situação, porque propriamente não está feita a avaliação, há muitas opiniões contraditórias, falta aferir da consolidação dessas opiniões e, por isso mesmo, nós, de uma forma responsável, iremos abster-nos em relação a esta moção.” -----

De seguida, foi dada a palavra a **Maria Isilda**: “Pese embora as referências à Doutora Manuela Ferreira Leite, a quem tenho muito respeito, mas, relativamente a quem nesta Assembleia nos manifestámos solidariamente contra o cortar de opções de trabalho aos municípios no passado, vamos neste momento, em consonância com aquilo que fizemos no passado, relativamente à Engenheira Manuela Ferreira Leite, apoiar esta moção da Coligação Democrática Unitária.” -----

Intervio de seguida **Carlos Matias**: “Genericamente nós estamos de acordo com esta moção, e gostaria de dizer o seguinte: -----

Há de facto um consenso de que a Lei das Finanças Locais não está bem e precisa de ser mudada. A questão é em que sentido é que ela deve ser mudada. -----

Do nosso ponto de vista, a actual Lei das Finanças Locais, que penso todos nós conhecemos, a Lei quarenta e dois de noventa e oito que depois foi reformulada em dois mil e um com a criação do Fundo Base Municipal, faz depender muito as receitas dos municípios da construção civil e dos loteamentos (como se sabe). E, directa ou indirectamente, de facto,

grande parte das receitas provêm da construção civil, o que tem um efeito perverso sobre, inclusivamente, a gestão dos municípios. -----

Agora, o sentido em que a Lei, a nosso ver, deve ser mudada, deve ser no sentido de aumentar a função redistributiva do Estado e não no sentido de reduzir a função redistributiva do Estado. Isto é, nesta proposta de alteração à Lei das Finanças Locais o Governo propõe que as receitas redistribuídas do Orçamento Geral do Estado sejam reduzidas e, por outro lado uma parte do IRS possa ser atribuído às autarquias, havendo intervenção de cada município na definição da taxa do IRS, na prática, o que se está a criar condições, é para que os municípios mais ricos, isto é, os municípios onde o nível de vida seja mais elevado e portanto o nível global do IRS seja mais elevado, esses municípios têm receitas mais elevadas; os municípios que são mais pobres, ou onde o nível de receitas do IRS é mais baixo, esses municípios que já são mais pobres, ainda ficam mais pobres. -----

Esta visão contraria todo o sentido que foi introduzido na alteração da Lei de dois mil e um, quando foi criado o Fundo Base Municipal, que foi no sentido de corrigir precisamente esta distorção! -----

Já ouvi comentário do Presidente da Câmara de Oeiras, que é um dos concelhos de nível de vida mais elevado do país, a reconhecer que provavelmente Oeiras teria em condições, pelo facto do nível de vida ser elevado no concelho de Oeiras, estaria em condições de reduzir o IRS no concelho. -----

Isto é, Oeiras, que é uma zona de IRS elevado, a Câmara está em condições de reduzir o IRS, imagino que Câmaras pequenas, e já nem falo no caso do Entroncamento que será uma zona intermédia, mas de zonas pobres do interior onde as receitas são pequenas, essas, obviamente não estão em condições de o reduzir e, se pudessem até o aumentavam. ---

Portanto, esta Lei é uma Lei que vai no sentido oposto às transformações que a Lei das Finanças Locais deveria ter. Não aumenta a função redistributiva, não aumenta a coesão nacional, não recupera reequilíbrios. É uma Lei que vai agravar os desequilíbrios do país e portanto, é uma Lei que vai no sentido mau. -----

Portanto nós estamos de acordo com a moção e vamos vota-la favoravelmente.” -----

Solicitou a palavra **António Ferreira**: “Queria chamar a atenção para uma questão que o Partido Socialista levantou. Diz que a Lei não é de todo má. As Leis e as medidas nunca são de todo más, nem são de todo boas. Podem trazer sempre alguma coisa de bom, mas esta aqui, pende enormemente para o mau. Pende enormemente para a dependência das câmaras de tarifários, de taxas. Mais à frente, nós havemos de ver como é que isso se reflecte. -----

De facto, corta as transferências, como já foi dito, e corta para metade a derrama que muitas autarquias utilizavam num bom sentido, que era ir buscar em sede de IRC dez por cento e investiam nos concelhos para melhorar as estruturas de investimento a nível do concelho; para melhorar as condições da produção do concelho e para melhorar a qualidade de vida dentro do concelho. Isso vai ser cortado em cinquenta por cento.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Como já disse, isto ainda está em projecto, ainda está em gema, daí eu ter sustentado a posição do Partido Socialista. -----

No entanto, também queria referir que já li outras coisas que aqui não foram ditas. Há também no projecto a ideia de que as zonas de interioridade possam vir a ter uma redução significativa, os cidadãos, no seu IRS. Para quê? Para trazer uma movimentação para o centro do território das populações que caminham para o litoral. Isto é, serão os municípios mais ricos que recebem mais IRS, que vão por via de redistribuição do Estado, que vão compensar as populações do interior. É um dos objectivos que eu li, que é de facto fazer com que as populações se movimentem num sentido centrífugo em relação às grandes cidades. ---

Por conseguinte, há um projecto dessa natureza, há essa ideia, de facto, de fazer uma certa solidariedade, de criar aqui um sentido dos vasos comunicantes. Por um lado estimula

que as populações se centrem no interior, que gerem riqueza, que construam os seus próprios meios de produção, as suas empresas (que também há legislação para apoiar essas iniciativas), portanto, há um incentivo que é reduzir o IRS (que pode vir até a valores bastante baixos) e as zonas mais ricas, por via de redistribuição do Governo, vir a compensar o efeito da redução desses impostos.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTACÃO DA MOCÃO: -----

A Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária foi **aprovada por maioria com dezassete votos a favor**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, seis abstenções do Partido Socialista. -----

Foi dada a palavra a **Ferreira Marques** que apresentou a seguinte moção do Partido Socialista: -----

MOÇÃO: -----

«Tendo em conta que os espaços públicos merecem das autoridades autárquicas uma atenção especial no que concerne à sua preservação e reflorestação; -----

Que vários cidadãos desta urbe vêm constatando que no Jardim/Parque Afonso Serrão vulgarmente designado de jardim da zona verde, existem uma série de árvores de grande/médio porte completamente secas, assim como um outro vasto conjunto de Árvores parcialmente secas; -----

Que estes pequenos pulmões da nossa cidade carecem de cuidados continuados, sob pena de virem a transformar-se em locais não recomendados como, aliás, já aconteceu num passado recente; -----

Que os cidadãos só têm a ganhar quando os espaços públicos se transformarem em espaços vivos e dinâmicos, porque, espaços ocupados pelos cidadãos se tornam em espaços de fruição de lazer, atraentes e seguros: -----

Que o Sr. Presidente da Câmara Municipal com a falta de imaginação que vem mostrando ser apanágio das suas decisões, bem contrata assessores e outro pessoal, pagos a preço de ouro mas, nem mesmo assim a imaginação e a capacidade criativa aumentam; -----

Por forma a consubstanciar a nossa ideia propomos que, nos vários espaços de jardim existentes no Entroncamento que tenham as condições para o efeito, sejam instalados quiosques, extensões da biblioteca do Entroncamento onde os cidadãos que frequentam estes espaços públicos possam requisitar livros, jornais e revistas para usufruto naqueles espaços. -----

Que é uma acção determinante para a fruição da leitura em espaços públicos de lazer. E que uma intervenção desta ordem fica a preços completamente irrisórios quando comparadas com as acções de propaganda política que vêm fazendo por aí a custos gastronómicos. -----

Propomos que cortem as árvores secas e podem os ramos secos das outras árvores e dinamizem o parque de acordo com as nossas sugestões.» -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Independentemente da forma como algumas considerações foram feitas, em que nós não nos revemos na forma como foram apresentadas, esta proposta quer-me parecer que são duas propostas. Uma proposta que tem a ver com a instalação nos jardins existentes no Entroncamento, e que tenham condições para tal, de quiosques – extensões da biblioteca. E outra proposta tem a ver com a questão do corte das árvores. -----

São duas questões diferentes, mas não me choca nada que sejam tratados no mesmo documento. Mas fiquei com uma dúvida, quando se diz aqui *«propomos que cortem as árvores secas e podem os ramos secos das outras árvores»* está subentendido aqui que as

árvores secas são para substituir por árvores novas, não é? Não é para cortarem as árvores secas e ficarem lá os espaços sem árvores nenhuma, não é? -----

Gostava que me dessem este esclarecimento para eu poder discutir isto melhor.” -----

Ferreira Marques esclareceu: “Os arquitectos paisagistas é que terão de fazer uma análise técnica sobre essa matéria. O que é do senso comum é que as árvores estão secas e quanto a isso, “batatas”! -----

Em relação às alternativas de requalificação do espaço, tem que ser entregue aos especialistas da matéria.” -----

Intervio de seguida **Maria Isilda**: “Estranhamente, não há pelo menos a intenção de manter as árvores ou a substituição das árvores. Acho que tem sido um dos compromissos assumidos e cumpridos por este executivo, que, quando se tira uma árvore, que se ponha outra no lugar dela. E parece-me que é uma boa opção. Seria, no mínimo, a opção que eu esperava ver aqui. Porém, esperava ver outras coisas, ou não esperava ver algumas daquelas que aqui estão. -----

Parece-me que alguns considerandos desta moção, tal como algumas observações da outra que ainda não foi apresentada, que eram desnecessários nesta Assembleia. -----

Sou autarca há alguns anos e, quando digo alguns anos, já há muitos. Tive uma interrupção de algum tempo, mas comecei nestas coisas já há muitos anos e nunca, que me lembre, de me vi confrontada com um documento com a linguagem agressiva como estes documentos que nos são apresentados. -----

Parece-me que, independentemente da força das nossas convicções, do acreditarmos naquilo que nos trás aqui, temos tido ao longo dos anos, a capacidade de nos respeitarmos mutuamente, independentemente da bandeira partidária que defendemos. -----

Nessa medida, eu sugeria à bancada do Partido Socialista que considerasse rever o texto destes dois documentos e os trouxesse a uma próxima reunião. No formato em que eles estão, embora concorde com a consequência, isto é o objectivo final, não me revejo de forma alguma no conteúdo. E portanto, eu jamais votarei um texto destes, quer relativamente às pessoas que estão hoje no executivo, quer relativamente a quaisquer outras, porque não o fiz no passado e não o faria em circunstância alguma.” -----

Foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “Nós vamos manter o documento.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a presente moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO: -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista foi **rejeitada por maioria** com **doze votos contra**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; duas abstenções da Coligação Democrática Unitária e, nove votos a favor, sendo, seis votos do Partido Socialista e três votos do Bloco de Esquerda. -----

Mário Eugénio faz declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«Tal como dissemos na nossa curta intervenção, também nós não nos revíamos no teor de algumas das considerações que foram apresentadas, mas estávamos na disposição de votar favoravelmente esta moção, até porque fazia duas propostas concretas com as quais nós concordamos, independentemente da questão do cortar as árvores e as substituir ou cortá-las e deixá-las lá ficar à espera que os Arquitectos nos digam o que é que se vai fazer àquilo. De qualquer forma, a partir do momento em que o Partido Social Democrata apresentou uma proposta que, enfim, me pareceu que, independentemente de terem ou não terem razão, era uma proposta construtiva e que acho que deveria ter recebido, da parte do Partido Socialista, algum acolhimento. A partir do momento em que o Partido Socialista não deu a

mais pequena abertura para rever um texto destes, nós preferimos não votar esta moção e, portanto, abstivemo-nos. Foram estas as razões.» -----

Maria Isilda faz declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«Independentemente do nosso sentido de voto, nós consideramos importante que seja revisto, como tem estado a ser feito, o corte e substituição das árvores que estão degradadas e portanto a manutenção das árvores do nosso concelho. -----

Tal como aceitamos como boa a sugestão que é feita relativamente à dinamização do espaço. -----

Agora é uma questão de forma e é uma questão de princípio, meus senhores.» -----

Voltou a ser dada a palavra a **Ferreira Marques**, que apresentou uma outra moção com origem no Partido Socialista: -----

MOÇÃO: -----

«Constatando que as festas da cidade e de S. João que este ano decorreram no Parque Multiusos, foram festas que não foram para todos; -----

Que, como é apanágio da gestão camarária do PPD/PSD, mais uma vez serviram gato escondido com o rabo de fora; -----

Que é bem verdade que já todos nos habituamos a que o Sr. Presidente da Câmara só age por impulsos, e que não se lhe reconhece pró actividade no fazer acontecer, na tomada de decisões que contemplem visões de conjunto; -----

Que a cidade se quer humanizada em todas as suas vertentes e que só vale a pena na política se for para servir o bem público e que esse servir começa na solidariedade, na discriminação positiva dos que são diferentes, dos que estão limitados nas suas funções públicas; -----

Que pretendemos mostrar a nossa indignação relativamente ao estacionamento de viaturas próximo do parque multiusos, de tal modo que um cidadão com deficiências motoras permanentes que se faz deslocar de cadeira de rodas, e que aquando das festas da cidade, muito naturalmente se deslocou até ao parque de estacionamento junto à estrada, e contíguo ao Multiusos e não encontrando qualquer espaço reservado a estacionamento para viaturas de deficientes, mais não lhe restou que dar meia volta e regressar a casa. -----

A fim de obviar os problemas semelhantes quando no futuro cidadãos com necessidades especiais não se vejam privados de aceder ao parque, propomos que sejam criados 3 lugares reservados para o efeito, próximo dos portões de acesso.» -----

Pediu a palavra **Maria Isilda**: “O princípio é o mesmo e portanto não vou sequer tecer mais considerações. Apenas referir que, a Câmara do Entroncamento tem apoiado mais do que muitas Câmaras a melhoria das condições para os cidadãos deficientes, ou para os cidadãos com necessidades especiais. -----

Tem um programa próprio de intervenção, inclusive, facilitando o acesso a recursos para adaptações nas residências de pessoas que se mostrem com dificuldade para essas adaptações. -----

Tem procurado melhorar as condições de acesso aos espaços públicos que são da sua competência. E obviamente, relativamente ao espaço a que nos referimos, certamente tem um projecto de intervenção. Porque como é sabido, há ainda pequenas coisas a concluir e parece-me que, será tida em atenção esta questão dos cidadãos com necessidades especiais. –

O texto, lamento profundamente.” -----

De seguida, interveio **Mário Eugénio**: “Um pequeno comentário ao que o Partido Social Democrata acaba de dizer: De facto é verdade. É verdade que o Partido Social Democrata tem melhorado as condições de habitabilidade desta cidade, mas isso não invalida que esta proposta não faça todo o sentido. Esta proposta o Partido Socialista faz todo o sentido e tem o nosso apoio. Tal como tinha a anterior. -----

Relativamente à questão do texto, embora este texto também não fosse um texto que nós apresentássemos, não é comparável de forma nenhuma ao texto anterior e, portanto, não vemos razão nenhuma para que se ponham objecções a esta proposta pelo facto do texto não ser um texto que possam nos agradar completamente. -----

Nós, independentemente disso, vamos votar favoravelmente esta proposta.” -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias**: “Nós estamos de acordo com a proposta que é feita, concretamente, que sejam criados três lugares reservados para o efeito, para deficientes, para pessoas menos válidas, junto aos portões de acesso. -----

Aproveitamos para fazer também nossa apreciação dos considerandos duma e de outra proposta e, já agora, da proposta do Partido Social Democrata, porque, em qualquer das três propostas, em nível diferente e em sentido diferente, se tenta, de alguma forma, introduzir apreciações laterais àquilo que é o centro da própria proposta. -----

No caso da moção apresentada pelo Partido Social Democrata, ela é laudatória, como é óbvio, não se esperava outra coisa. O Partido social Democrata está satisfeito com o seu trabalho e fez questão de bater no peito e mostrar que está muito satisfeito. -----

Nós, independentemente dessa apreciação que nós não partilhamos, obviamente que votámos a favor da moção, porque achámos que no essencial estávamos de acordo. E vamos fazer o mesmo em relação a estas duas. -----

De qualquer das formas, não estamos de acordo com estes métodos de luta política. Quem nos conhece sabe que a nossa atitude é outra. É a da frontalidade e da lealdade na luta política. Dizemos aquilo que temos a dizer frontalmente, cara-a-cara e sem equívocos e achamos que não é método introduzir as questões de uma forma lateral e enviesada (se me permitem o plebeísmo) de contrabando nos considerandos das propostas e das moções que aqui são feitas. -----

Uma vez que as considerações são perfeitamente laterais, elas são irrelevantes para o que está em causa em qualquer dos casos e, portanto, a nosso ver, não são métodos que se com paginem com a nossa atitude. -----

Quem ler a acta que nós temos da nossa última reunião, sabe perfeitamente o que eu disse cara-a-cara ao senhor Presidente da Câmara; é esse o método da frontalidade e da lealdade e achamos que este não é o método correcto de luta política e fazia um apelo a todos, para que em futuras circunstâncias este tipo de processos não fosse aplicado.” -----

Atendendo a que mais ninguém se quis manifestar em relação à presente moção, o **Presidente da Assembleia** colocou-a à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO: -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista foi **rejeitada com o voto de qualidade** do Presidente da Assembleia, tendo obtido a seguinte votação: onze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima; onze votos a favor, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e, uma abstenção da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Solicitou a palavra **Teresa Martins** para fazer a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«Abstive-me nesta moção pelas razões que já foram invocadas. Eu concordo com o conteúdo das duas moções. O carácter insultuoso com que estão escritas é impossível de concordar. -- Paraphraseando a própria moção do Partido Socialista, em meu entender, que a cidade e a política (e aqui estou a acrescentar um pormenor meu) se quer humanizada em todas as suas vertentes e que só vale a pena estar na política se for para servir o bem público. Penso que é por isso que nós estamos aqui e é para o bem público que nós estamos a servir e não para nos andarmos a insultar uns aos outros.» -----

Solicitou a palavra **Rui Bragança** para fazer a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«No seguimento da Presidente da Junta de Freguesia, eu gostava de declarar a minha pretensão a seguir ao voto, no sentido de que não estou contra e nunca estive a criação de qualquer tipo de lugar reservado a deficientes. Não pelo princípio da não mobilidade, mas sim pelo conteúdo não muito correcto desta moção e acredito, pessoalmente, que se existiu alguém que se sentiu lesado, penso que nunca, a dirigir-se ao Presidente da Câmara, ou seja, à autarquia, no sentido de pedir mais um lugar, teria falado ou escrito desta maneira.»

Solicitou a palavra **Ferreira Marques** que apresentou vários pedidos de esclarecimento: -----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----

«Na última Assembleia municipal manifestámos as nossas preocupações relativamente ao incumprimento da autarquia para com a ADSE. Na verdade as verbas que a autarquia deveria enviar para o organismo de protecção social dos trabalhadores não têm sido enviada há longo tempo, existindo um elevado valor em débito por via deste incumprimento. Na circunstância, o senhor presidente da Câmara manifestou-se preocupado, e, em consequência comprometeu-se que iria procurar um entendimento com a ADSE a fim de sanear essa dívida. -----

Queremos saber se, de facto, foram feitas algumas iniciativas e, a terem havido, qual o ponto da situação actual?» -----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----

«As obras na parte do edifício adquirido pela CME fazem-nos lembrar as obras de Santa Engrácia, começaram mas levaram dezenas de anos a ser concluídas. ----- Preocupa-nos, nesta matéria, saber se o prazo adjudicado está a ser cumprido, se o valor adjudicado está a ser cumprido. -----

Para que possamos cumprir com as nossas obrigações para com os cidadãos que em nós confiaram, solicitamos que a Câmara nos forneça, no prazo de 15 dias, os dados que possam esclarecer as questões que ora colocamos.» -----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----

«Aquando da campanha eleitoral para as últimas autárquicas os candidatos do PSD, donde se destaca o Sr. Presidente da Câmara, prometeram, e para que constasse para a posteridade, gravaram em cartazes profusamente ilustrados o novo edifício do Jardim Escola n.º 1 que prometiam edificar na freguesia de N.ª. S.ª. de Fátima. -----

Dado que vão decorridos cerca de uma dezena de meses e não voltamos a ver nem ouvir qualquer informação complementar que consubstancie as promessas eleitorais, e conscientes de que a promessa responsabiliza quem a faz, e, consequentemente não deverá ser mais do que uma declaração de intenções para captar votos, a bancada do PS solicita que no prazo de 15 dias a Câmara Municipal nos faculte toda a informação disponível relativamente ao processo de desenvolvimento do projecto e outras peças processuais que deverão levar à execução da obra.» -----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----

«Aquando da Campanha eleitoral para as últimas autárquicas o Senhor Presidente da Câmara mandou instalar dois placards electrónicos, um junto ao edifício sede da Associação Filarmónica e outro em frente da estação da CP. -----

Feito o investimento e finda a campanha eleitoral eis que as funções dos placards são tão-só letra morta. Será que estão penhorados e, pelo facto não podem ser activados? Em que ficamos? Continuam a brincar com o dinheiro dos cidadãos?» -----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----

«Aquando da Campanha eleitoral para as autárquicas os senhores do PPD/PSD fazendo-se acompanhar por um séquito de Técnicos Superiores da Autarquia deslocaram-se ao local e

prometeram “mundo e fundos” no que concerne a obras de manutenção e ampliação no Jardim de Infância n.º 2, e que até hoje está tudo como dantes como no quartel de Abrantes. Solicitamos que, no prazo de dez dias a contar desta data, nos seja fornecida informação detalhada do processo de obras citadas neste documento.» -----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----

«À pergunta formulada pela Bancada do PS sobre a viagem do ex-Vereador Srs. Valente de Almeida e Carlos Silva feita à pala do erário público, temos a tecer as seguintes considerações: -----

- 1. Constatamos que os Srs. Ex. Vereadores foram convidados pelo Sr. Presidente para participarem numa jornada sobre “Comboio e o ambiente” sendo que a prelecção do Entroncamento foi feita pela Sr.ª Dr.ª Manuela Poitout. Pelo que estamos esclarecidos quanto ao fundamento do convite, isto é, tratou-se de retribuir favores, só que à custa de todos nós. -----*
- 2. Constatamos que o nome do Sr. Pato das Neves é citado fora de qualquer contexto dado que, quem formulou a pergunta, foi a bancada do PS. -----*
- 3. Consideramos inaceitável a frase “atendendo, fundamentalmente, ao facto de serem duas personalidades que, dignamente, têm servido o mundo ferroviário ao contrário de outros que apenas dele se têm servido”. Neste contexto a Bancada do PS solicita ser esclarecida, por escrito e no prazo de 10 dias, a fim de dissipar qualquer dúvida e não só, se entre os membros da bancada haverá algum membro que se tenha servido do mundo ferroviário.» -----*

*Pediu a palavra **António Ferreira**: “Fica aqui o nosso regozijo em relação às Festas da Cidade, à forma como decorreram, à coragem de terem levado as Festas da Cidade para uma outra zona do Entroncamento e temos três sugestões: -----*

Primeiro, que na altura das Festas da Cidade se faça também alguma dinamização em termos de rua, através de algumas actividades que chamem também como atractivos depois para os palcos principais da festa; -----

Por outro lado, escolher as datas que comessem no dia vinte e quatro, seguramente as festas têm de começar um ou dois dias antes, mas continua-la para depois do dia vinte e quatro, pois isso tem a ver com a disponibilidade financeira de quem recebe o salário no final do mês; -----

E, por outro lado, as questões de segurança pareceram-me, por um lado bem organizadas em termos dos espectáculos grandes que eu vi – em termos de bombeiros, de assistência a pessoas com algumas dificuldades em termos de saúde, penso que foi bem prestada; em termos de outra segurança, de segurança ao cidadão, de segurança policial, talvez, penso que se devia ter mais algum cuidado a esse nível. Mas isto é uma experiência e, com certeza que isso melhorará. -----

Outra questão que eu queria levantar, é a questão da cedência do terreno da Câmara Municipal à Santa Casa da Misericórdia para o Lar de Idosos. E, no âmbito disto, levantar uma questão que tem a ver com o actual terreno do Lar Fernando Eiró e qual a situação em termos de registo, se esse terreno está em nome da Câmara, se é de outra entidade, como é que está o registo deste terreno actualmente? E que utilização se espera para o futuro, deste terreno? -----

Outra questão que eu queria levantar, tem a ver com a Rotunda da Ponte da Pedra. Quem lê só as actas da Câmara fica um bocado confuso com esta questão da Ponte da Pedra. Pelas actas, eu vi que todas as forças políticas na Câmara aprovaram este projecto. Mas pela Comunicação Social e por outras actas a seguir, já há uma tendência por parte de algumas forças políticas em “sacudir a água do capote”, se assim se pode dizer. Portanto, gostava de ser esclarecido em relação a isso. Se há alguma informação em relação à Rotunda da Ponte da Pedra, que não vem nas actas.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “A esta série de perguntas que foram formuladas e às quais eu não consigo dar resposta, o Senhor Presidente da Câmara responderá depois por escrito, em tempo oportuno.” -----

Entrou-se de seguida no período de intervenção do público. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Pediu a palavra o Senhor **Mário André Balsa Gonçalves**: “Peço ao Presidente desta Assembleia, Doutor Mora Leitão, que me esclareça sobre as decisões que foram tomadas pelo executivo camarário relativamente ao processo do ensino da língua inglesa no primeiro ciclo do ensino básico para o ano dois mil e seis, dois mil e sete. -----

Este esclarecimento é fundamentado pela nova Lei que impede que o processo decorra da mesma forma que foi utilizado no ano lectivo transacto. -----

Sendo assim, e uma vez que o executivo vai de férias, gostaria de saber se já existem medidas tomadas, ou se as medidas vão ser tomadas após as férias, o que implica o início do ano lectivo.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Não podendo eu dar resposta a esta pergunta, inteiramente pertinente, o Senhor Presidente da Câmara irá dar resposta por escrito. -----

Pediu a palavra o Senhor **José David da Silva Ribeiro**: “Venho aqui para me regozijar, como cidadão do Entroncamento, pela forma como decorreram as Festas da Cidade e o maravilhoso espaço que foi criado e que serviu, desta vez, para que todos os cidadãos do Entroncamento e os nossos estimados visitantes pudessem ter lugar aprazível. Pena foi que o tempo não tivesse estado tão bom quanto desejaríamos. Mas o espaço é bastante aprazível e permite naturalmente aos cidadãos do Entroncamento e também aos nossos visitantes desfrutar desse espaço, assim também a autarquia, a Câmara Municipal do Entroncamento, se disponibilize para alguns eventos naquele maravilhoso espaço. -----

Portanto, estamos de parabéns e a população do Entroncamento está de parabéns porque tem mais um espaço criado. -----

Ainda relativo às Festas, e porque aqui também já foi proferido, também senti um pouco o vazio de, nas zonas nobres da cidade, não haver algum envolvimento. Creio que aqui o marketing falhou, porque se é brilhantes nalguns casos, aqui falhou, tendo em consideração que nem todos os cidadãos da nossa terra tiveram conhecimento das festas. É de reconhecer que não foi distribuído desta vez quase de porta a porta como é habitual noutros documentos e creio que teríamos a ganhar com isso. -----

Mas as Festas foram bastante agradáveis, até pela descentralização que houve, nomeadamente nos recintos desportivos. Temos que dizer bem daquilo que é de dizer bem. --

Contudo, as Festas já lá vão e há outras coisas com que estamos preocupados. Estamos preocupados com o Museu Ferroviário; conheço particularmente o Senhor nomeado como Presidente do Museu Ferroviário e, infelizmente, foi esta a escolha que, na minha opinião pessoal, politicamente foi aferida para presidir, sabendo que, naturalmente, não vai ser fácil, porque, a pessoa em causa, não tem dinâmica nem tem pedalada, nem está para estas coisas, está é para outras coisas. Esta é a minha opinião pessoal do Senhor Engenheiro Carlos Frazão, o qual conheço pessoalmente. -----

Relativamente ao futuro e ao Entroncamento, eu quase que sou do Entroncamento. Vivo cá desde miúdo, já lá vão quarenta e tal anos, e sou conhecido de muitas pessoas, incluindo muitos dos que estão aí nessa bancada, e creio que é importante que haja uma visão autárquica alargada para as novas construções, para os espaços verdes a criar e que não deixemos que estes empreiteiros que se têm servido do Entroncamento e não têm servido o Entroncamento, continuem naquela saga de maximização do lucro com construções desumanas, casas sem qualidade e, sobretudo, muitas vezes desrespeitando as regras do jogo, para que de futuro não tenhamos mais problemas. -----

Uma outra questão que também nos trás aqui, é uma outra muito mais problemática e que, por força do regimento, não poderei anunciar, mas a vida é o sol, a água e são outras coisas também. Mas há coisas na vida que nós não podemos abdicar e com toda a certeza os Entroncamentenses estão naturalmente ganhos para serem responsabilizados com mais dificuldades ainda, mas não perderem de vista aquilo que é a vida e a água também é a vida.”

Atendendo a que no público mais ninguém quis intervir, iniciou-se a Ordem dos Trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

“TOMADA DE POSSE DOS ELEMENTOS EM FALTA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO”

Após a leitura da acta avulso de instalação e do respectivo juramento por parte dos elementos em falta, o Presidente da Assembleia considerou-os investidos nas funções. -----

PONTO NÚMERO DOIS

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJECTO DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO”

Atendendo a que ninguém quis intervir neste ponto da Ordem dos Trabalhos, o **Presidente da Assembleia** submeteu-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS:

O ponto número dois da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por unanimidade** com **vinte e um votos**, sendo nove votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Os Deputados Maria Isilda, do Partido Social Democrata e Luís Grácio, do Bloco de Esquerda, não votam este ponto da Ordem dos Trabalhos por se encontrarem momentaneamente ausentes da sala. -----

PONTO NÚMERO TRÊS

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À EMPRESA «ÁGUAS DO CENTRO»”

Foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “Parece-nos que nesta matéria, como aliás noutras, a arbitrariedade impera. -----

Em matéria de grande delicadeza, como é uma operação desta natureza, requer-se um cuidado refinado de modo a tornar claro e livre de quaisquer suspeitas. Uma operação que compromete o futuro por um período bastante longo deverá ser tratada com todo o cuidado, salvaguardando os interesses vitais do nosso concelho e da nossa comunidade. -----

É importante, diremos mesmo vital, que se procure o máximo de consenso. Mas parece que não foi esse o entendimento dos responsáveis da Câmara Municipal. E também neste caso foram mal. -----

O que está aqui em causa não é só saber se a gestão das águas é um negócio ou se é um serviço público. -----

O que nos parece é que tudo aponta para que se trate de um negócio, em que uma das partes ficará com a parte de leão. Isto é, ficará em franca vantagem. -----

Toda esta leitura poderia ser outra se, por exemplo, a Câmara pelo menos tivesse feito uma consulta mais alargada a pelo menos três empresas da especialidade, a fim de conseguir garantir contrapartidas mais vantajosas para a autarquia. -----

Quais as garantias de que o preço da água no consumidor não sobe a valores incontroláveis? -----

Porque não se garante que o teto máximo dos aumentos não pode exceder, por exemplo, o valor da inflação? -----

Para onde vão os trabalhadores que trabalham nos serviços que se pretendem adjudicar? -----

Porque todo este processo não está claro e deste modo nos parece não estar garantido um bom negócio para a autarquia, o Partido Socialista vai votar contra.” -----

Foi dada a palavra a **Carlos Matias**: “Nesta Assembleia, mas em vinte e um de Dezembro do ano passado, aquando da análise do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, dissemos que o Orçamento tinha implícita a opção política de “avançar para a entrega dos serviços de águas e saneamento à empresa Águas do centro” – uma das razões aliás, se estão recordados, porque votámos contra esses dois documentos. -----

Não nos enganámos, aqui está a proposta, seis meses depois. -----

Julgo que devemos ter em conta, antes de mais, o que significa aderir à empresa Águas do Centro, ficando as Câmaras com a minoria do capital e as Águas de Portugal com a maioria. -----

Estando a sector das águas aberto à iniciativa privada desde mil novecentos e noventa e três e estando, desde então, a ser alvo dos apetites privatizadores dos grandes grupos económicos (sobretudo de grupos franceses, como a Général des Eaux e a Lionnes des Eaux), o passo que aqui nos é proposto é o desenrolar de uma passadeira para a privatização da distribuição de água (por enquanto só em alta) e do saneamento. -----

Ora nós, Bloco de Esquerda, somos contra a entrega deste sector ao capital privado. Não por fundamentalismo “anti privado” – essa acusação que às vezes nos dirigem não passa afinal de mais um boato..., mas porque a água é um bem essencial à vida de todos, é determinante para o equilíbrio e sustentabilidade do ambiente. A água é um bem finito e precioso que não pode ficar à mercê da lógica dos negócios nem da maximização dos lucros.

Porque é evidente que a gestão privada da água terá sempre como primeiro objectivo a maximização do lucro e a remuneração dos accionistas, em vez da poupança, da universalidade do acesso e da qualidade ambiental. -----

Recordo, como fez o vereador Henrique Leal, algumas experiências anteriores neste domínio. Más experiências.-----

A experiência de Setúbal, por exemplo, num contencioso com as Águas do Sado devido a aumentos de preços superiores à inflação. Ou de Viana do Castelo, onde a empresa concessionária se recusou a levar a água a zonas de maior declive, por questões de rentabilidade. Ou de Castelo Branco, que desviou as águas para um concelho ao lado, ou de Barcelos... -----

Aliás, reconheça-se, nem a análise presente à Câmara, e que todos temos, recomenda a adesão às Águas do Centro por outros motivos que não estritamente financeiros. Ou seja, implicitamente, reconhece-se que a adesão à empresa Águas do Centro não traz qualquer mais valia noutro domínio que não esse. E mesmo nesse... -----

Os lucros das Águas do Centro, esses sim, sabemos que irão estar sempre garantidos, pois essa empresa acautelou-os e escreveram-no “preto no branco” na proposta de adesão que aqui nos é presente. Quem vai pagar os investimentos? Os municípios, claro. Que pagarão também os lucros, como é óbvio. -----

Daí as enormes subidas de preços que se antevêm caso esta proposta passe aqui na Assembleia Municipal. -----

E, por essas razões de princípio, votamos contra. -----

Mas de facto, também é um mau negócio. Porque vamos, por instantes e por rigor de análise, admitir que tínhamos de encontrar um parceiro externo ao município, para distribuir a água em alta. Não é coisa que não pudesse acontecer. Mas quem nos diz que esta é a melhor formula? Onde é que isso está demonstrado? -----

Em lado nenhum. Esta proposta e a consequente decisão favorável na Câmara Municipal antes parece decorrer de um preconceito apriorístico. É assim porque é bom, ponto final. -----

Mas ainda que fosse, vamos admitir que é. Mas quem nos diz que, mesmo com a fórmula adoptada, as Águas do Centro são o melhor parceiro? Ninguém, porque não foram consultadas outras empresas. O Partido Social Democrata, em palavras sempre cioso dos valores “do mercado e da concorrência”, neste caso mandou o mercado “às urtigas” (se me é permitida a expressão). É Águas do Centro e mais nada, está decidido. -----

Mas ainda que fosse as Águas do Centro. Vamos admitir que era as Águas do Centro o melhor parceiro. Quem nos diz que é boa a proposta apresentada? Não diz certamente a análise da proposta que foi entregue aos vereadores e que fundamentou a decisão camarária, análise que nos merece reservas. -----

De facto, diz-se aí não haver mais participações comunitárias neste domínio. Que entidade responsável já escreveu isso peremptoriamente? Onde é que isso está escrito que é assim, definitivamente? -----

Mais ainda. Quem validou o montante de cinco milhões de euros para uma nova ETAR? O Senhor Presidente da Câmara em campanha falava em três milhões e meio de euros. Mais milhão, menos milhão, afinal em que ficamos? -----

E já agora, de onde saiu o valor do spread de zero vírgula cinco por cento apresentado na simulação dos encargos da Câmara se investisse ela própria na ETAR, um valor que parece encomendado para demonstrar que a Câmara ficaria com encargos in comportáveis? -----

É que, senhoras e senhores deputados, temos para votar no ponto cinco desta Assembleia, a contracção de um empréstimo com um spread cinco vezes mais baixo! Afinal a simulação parece ter sido simulada, para tirar uma conclusão, que já estava tirada. -----

Resumindo e concluindo: por razões de princípio, porque é mau para os municípios, porque é má opção e porque é um mau negócio, o Bloco de Esquerda vota contra a adesão do Entroncamento à empresa Águas do Centro.” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Este processo não é novo, já é a segunda vez que vem à Câmara. Não veio à Assembleia na altura, foi chumbado na Câmara Municipal. Mas, grosso modo, o processo é muito idêntico. Na altura a Coligação Democrática levantou questões de fundo e questões também relacionadas com dados técnicos que estavam na altura a ser utilizados, dados incorrectos e de facto, o processo neste momento, quanto aos dados incorrectos, foi alterado, agora as questões de fundo, não foram alteradas. -----

A água para nós, Coligação Democrática Unitária, é um direito que deve ser assegurado a toda a população sem excepção. -----

É um serviço universal, pago pelos nossos impostos. O preço que temos da água reflecte duas situações muito concretas. A tarifa que é aplicada neste momento serve só para suportar os custos com a aquisição da água. A restante parte, são partes que são pagas por nós também, mas através dos impostos e são transferidas do Governo Central através dos fundos que são transferidos para a Câmara Municipal. -----

É uma tabela que é justa, neste momento, porque é uma tabela progressiva que, do ponto de vista ambiental é extremamente positiva porque incentiva à poupança da água. -----

Por outro lado, os nossos impostos, e já referimos aqui, ainda agora, na proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária, e tem a ver exactamente com isto. O Estado está a empurrar as autarquias para a privatização da água, para a entrega de concessão, neste caso às Águas do Centro, que tem uma maioria de capital público, por enquanto, mas a filosofia da empresa é uma filosofia de trabalho em termos de mercadoria, mercantilha portanto a água. -----

Penso que não devemos deixar que o Estado se desresponsabilize pelo seu papel social quanto a este elemento. -----

Quando o Homem fala em ir para outros planetas, não fala do ar, o ar não é importante, o que é importante é haver água nesses planetas! A água é estratégica em termos da vida. A nossa vida e não só. -----

Quanto à natureza das empresas, nós sabemos que aquilo que as empresas querem, e as Águas do Centro têm essa função, é maximizar os lucros, é a sobrevivência dentro de uma selva de concorrência e aí, é preocupante. -----

Nos contratos não há mecanismos de salvaguarda. As condições que estão nos contratos favorecem quase exclusivamente as Águas do Centro. São imposições. Para além do monopólio que têm em relação à água, têm ainda isso. -----

Por outro lado, existe um consenso e esse consenso é muito alargado em relação à defesa da água. A própria igreja, o Vaticano, no quarto fórum mundial da água, dizia: a defesa do domínio público da água, na definição da água como bem público, a defesa do direito de todas as pessoas a água segura e a necessidade de institucionalizar legalmente esse direito, no âmbito dos direitos humanos. A condenação do tratamento da água como mercadoria e da sua gestão pelo mercado. -----

Portanto, o consenso é muito largo hoje em dia e nós vemos o exemplo da Irlanda – não privatiza a água; o exemplo a Holanda, que já tinha algumas concessões e alguma privatização e, no abastecimento de água, proibiu que o abastecimento da água fosse privatizado. E os holandeses têm uma relação especial com as questões da água. -----

Por outro lado, esta adesão às Águas do Centro, não vai resolver os nossos problemas! Eu li o parecer do doutor Martinho e há uma grande confusão. Isto é para as águas em alta, não é para as águas em baixa! Isto não vai resolver os problemas das águas em baixa! Antes pelo contrário. -----

O saneamento dos Casais Formigos, a rua Ferreira Mesquita, a separação das águas pluviais, as águas domésticas, a contagem das águas à entrada dos sistemas das águas do centro, a rede de águas pluviais, que essa, mesmo que a Câmara privatizasse, entregasse ou concessionasse as águas em baixa, teria e, mesmo que entregasse todo o sector das águas, essas águas pluviais continuavam a ser da responsabilidade da Câmara. E nós sabemos o que é que acontece com o Entroncamento em relação à impermeabilização dos solos e em relação ao agravamento desta situação. E de futuro há-de colocar-se o dilema novamente através da pressão das águas do centro. Quando estiverem as águas em alta, vão pressionar a Câmara, senão conseguirem resolver os problemas das águas em baixa. Ou pagam multa, ou cortam a água. Porque nos acordos está lá. A questão do corte de água, em casos de incumprimento repetido da Câmara em relação aos pagamentos – corte no tratamento de águas residuais no caso de incumprimento da Câmara Municipal. -----

Isto não é o cortar no direito à vida? É. Não é retórica quando se diz que isto é fundamental para a vida e que é necessário manter-se no domínio público. -----

Falta neste processo o parecer dos serviços jurídicos sobre questões fundamentais, nomeadamente uma questão que os juristas da Coligação Democrática Unitária consideram como ilegal, que é a exigência de um depósito de garantia. -----

Falta também o parecer dos serviços de divisão de obras, sobre questões importantes como o levantamento da realidade, sobre propostas da Associação da Águas do Centro e ver até que ponto é que as Águas do Centro conseguem resolver algumas das questões que dizem propor-se a resolver. -----

Se tivessem esses dois pareceres, o parecer técnico / financeiro, tinham uma dimensão diferente, um aspecto diferente e uma opinião diferente em relação àquilo que se pretende. -----

Há uma posição, de facto, monopolista reforçada pelos contratos. -----

Há a proibição de sistemas alternativos, ou qualquer concorrência na área de intervenção dessa empresa. -----

Há um contrato que nos liga a esta empresa por trinta anos. -----

É muito. -----

Há medidas extremas que são ameaçadoras e que podem ser levadas à prática, como eu já referi. -----

Do outro lado, há também a questão das infraestruturas. De facto, a avaliação das infraestruturas, por aquilo que vem no documento principal, aponta para quatro milhões de euros o valor de estimativa para as seis estações elevatórias, para os quinze reservatórios, para vinte quilómetros de condutas, para dezoito estações de tratamento de esgotos, para vinte estações elevatórias de esgotos, para nove vírgula três quilómetros de interceptores. ---

Isto é uma clara intenção de diminuição do peso dos municípios na sociedade. -----

É um negócio, é uma tentativa de roubo declarado daquilo que pertence à comunidade. A estas comunidades. Aquilo que estas comunidades levaram anos e anos a construir. Com esforço, sobretudo depois do vinte e cinco de Abril. Com o esforço que, em muitas aldeia, foi feito através de festas anuais que são realizadas nessas aldeias. Foram esforços que foram feitos pela própria população e com os nossos próprios impostos, que podiam ser utilizados noutras coisas, mas foram utilizados nisto. -----

Isto é inadmissível como se está a tratar com um bem que é nosso. Bem basta já o Estado que, quando precisa de um terreno para construir um tribunal, um edifício da segurança social, ou quando precisa de qualquer coisa para construir no nosso concelho, nos exige um terreno, nos exige os bens que são nossos. -----

Por outro lado, em termos de negócio, a água vai-nos custar mais caro. Em termos de custo, tem o preço do actual tarifário da EPAL e um suplemento, mais os encargos com a caução financeira. Portanto, vamos pagar muito mais caro a água do que pagávamos na EPAL. -----

E há aqui uma outra questão, a solução, que foi dito aqui, de concurso com outras empresas, eu não acredito nela. Há outros sistemas, há outros modelos que podem ser utilizados. Temos as Águas do Ribatejo – é um modelo totalmente diferente, com o qual eu discordo, pois ainda é pior que este; temos a solução de Torres Novas – que é um concurso que ainda é pior que o nosso; e temos uma outra solução, que já está a ser implementada no terreno, que engloba vinte e dois municípios do Alentejo, que é uma solução legal, que está na lei e que é uma solução inter-municipal, com domínio de capitais públicos e com parcerias com privados. Mas com empresas com dimensões reduzidas do local, que dão possibilidade de criar emprego na região e que dão garantias de que aquele capital não vai ser passado, como aconteceu nos nossos bancos, para domínio de capital estrangeiro. -----

E isso é importantíssimo. Que nós construamos e que tenhamos o domínio sobre as águas, um domínio estratégico que tem a ver com a nossa própria defesa nacional e os interesses locais das populações. -----

Nós achamos que em termos de entendimento entre as pessoas, eu penso que no Partido Socialista ainda existem socialistas, no Partido Social Democrata ainda existem sociais democratas... portanto, ainda existe gente que pugna pelo interesse público. Porque ser socialista, social democrata, é pugnar pelo interesse público. E esse interesse público, neste momento, não é adequado com as imposições que nos têm feito chegar através dos últimos governos, que é a criação de empresas deste tipo. Estão a engordar neste momento as empresas, para depois venderem e taparem o buraco orçamental. Este é o objectivo! É aquilo que aconteceu com as outras empresas públicas que também eram estratégicas. -----

O pensamento da Coligação Democrática Unitária é na defesa do interesse público. E penso que em outros sectores há gente que vai ter coragem de dizer não à concessão com a

potencialidade dessa concessão passar para a mão, não só de privados, mas de multinacionais que dominam esta área.” -----

De seguida, a palavra foi dada a **Maria Isilda**: “Relativamente a esta matéria e depois de ouvir com atenção as intervenções que me antecederam, independentemente do documento que eu trazia preparado, eu queria referir a todos que fiquei surpreendidíssima com algumas das posições manifestadas. Nomeadamente porque, em dois mil e um, de acordo com o então Governo do Partido Socialista, liderado pelo engenheiros António Guterres, e sendo Ministro do Ambiente o engenheiro José Sócrates, foi criada uma empresa que se chama Águas do Centro. -----

Esta empresa é uma empresa de capitais públicos. Isto é, de capitais do Governo, através do Ministério do Ambiente em setenta por cento. Os restantes trinta por cento são capitais dos municípios associados na empresa. -----

Paralelamente, fomos sendo confrontados com alguma informação na Comunicação Social, nomeadamente, relativamente a empresas das quais já ouvimos hoje aqui falar de uma forma mais restrita, de uma forma mais alargada. Essas sim, que são participadas por grupos privados – até por grupos estrangeiros – em percentagens de quase cinquenta por cento e que, afinal, parece que são muito melhores do que a Águas do Centro. Porque a apologia que foi aqui feita hoje, a algum tipo de procedimento que eventualmente não foi tomado, levaria a orientarmo-nos para uma empresa que, neste momento, é dominada em grande parte por capital espanhol! -----

Não sei se era esta a melhor opção. Mas se calhar, a melhor opção para o Entroncamento é de facto conseguirmos encontrar resolução para problemas que, por alguma inércia ao longo de muitos anos, não foram acautelados e que neste momento não podemos directamente resolver sozinhos. Nomeadamente as questões ao nível do saneamento básico, que parece que não são importantes porque não se vêem em primeira instância, mas sentem-se. Especialmente as pessoas que moram na zona Sul da cidade sentem muito. -----

Há uma infra-estrutura, nomeadamente a ETAR, que precisa de ser substituída (digamos). Não notámos isso nas Festas da Cidade, felizmente. O tempo, se foi mau para umas coisas, ajudou-nos noutras. Mas, é imprescindível que haja intervenções de grande significado para o curto, o médio e o longo prazo. -----

Perspectivar o hoje, o amanhã, ignorando que daqui a dez, quinze anos, vamos ter problemas muito significativos caso não haja uma intervenção rápida e planeada, é se calhar, hipotecar o futuro do nosso concelho. -----

Seria mais fácil eu estar aqui a falar e a dizer que o Partido Social Democrata não ia votar a favor desta proposta! Era mais agradável para todas as pessoas, era muito mais fácil passar para a opinião pública que tínhamos estado aqui a fazer aquilo que as pessoas supostamente querem, mas ficávamos com o ónus de não termos assumido, na hora certa, as consequências de uma decisão pouco agradável mas que vai ser muito importante para o futuro do Entroncamento. -----

Eu vou passar a ler um documento que peço fique registado em acta como declaração de voto e que diz assim: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«Em dois mil e um, de acordo com o então governo do Partido Socialista, liderado pelo engenheiro António Guterres e tendo como Ministro do Ambiente o engenheiro José Sócrates – actual Primeiro Ministro, foi criada, ao abrigo das políticas definidas, a empresa Águas do Centro. -----

Do capital desta empresa, setenta por cento correspondem à participação do Estado, através do Ministério do Ambiente, e os restantes trinta por cento à participação dos Municípios associados. -----

Entre os Municípios associados desta empresa de capitais exclusivamente públicos podemos encontrar sete Municípios dirigidos pelo Partido Social Democrata e seis Municípios dirigidos pelo Partido Socialista (isto para dizer que não é uma decisão do Partido Social Democrata). -----

Sabendo-se que as decisões ora tomadas comprometem o futuro do concelho e de toda a população, a adesão a esta empresa vai garantir que o saneamento básico será assegurado, com qualidade e salvaguardando o bem estar dos munícipes. -----

O imediato é importante, mas o futuro não pode ser hipotecado e a inoperância do passo deixou consequências que, a nível financeiro, só com uma boa gestão de recursos se podem resolver problemas actuais e obviar aos que se perspectivam para o futuro, se não forem tomadas as medidas adequadas. -----

O Partido Social Democrata é sensível às preocupações imediatas da população de que faz parte, nós também somos população, mas também acredita que o planeamento e as medidas atempadas serão a melhor salvaguarda para o bem estar das gerações mais novas. -----

Vamos votar favoravelmente esta proposta que vai dar mais qualidade de vida ao Entroncamento, à população de hoje, e salvaguardar o amanhã. -----

Defendemos e assumimos publicamente, aquando da última campanha eleitoral, a adesão a um Sistema Multimunicipal, como forma de juntar esforços para melhor servir a população, no que respeita ao saneamento básico e ao abastecimento de água. -----

Não retrocedemos nas nossas posições, seria mais fácil, mas não o vamos fazer, assumimos compromissos para com quem nos elegeram e acreditamos que, no futuro, será reconhecida a valia desta opção.» -----

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “Uma vez que me parece que as questões estão mais ou menos claras, e antes de formalmente apresentar as razões pelas quais vamos votar contra esta proposta, eu gostaria de tecer dois comentários muito rápidos aos argumentos utilizados pelo Partido Social Democrata em resposta a questões que aqui foram levantadas. -----

Um tem a ver com a questão dos capitais públicos e dos capitais dos Municípios – eu gostaria de recordar que, efectivamente isso é verdade. O que nós dissemos e o que mantemos, é que nos estatutos da Águas do Centro não é garantido que futuramente o Estado não possa alienar a sua parte na holding ou em qualquer sub-holding que crie, até pelas razões que nós temos vindo a ver noutras matérias. E portanto é perfeitamente possível que, o Estado que precisa de dinheiro, aliene a sua parte e, um dia destes, a Águas do Centro poderá ser uma empresa privada. -----

Relativamente à questão da ETAR, eu gostaria de reforçar – e tenho dito isto diversas vezes, talvez não publicamente mas em privado, mas mantenho isto e quero afirma-lo hoje aqui publicamente – que para mim, a questão da ETAR é uma falsa questão. O Entroncamento tem conseguido grandes obras. Tem conseguido construir piscinas, pavilhões, estádios, etc., de certeza que também constrói uma ETAR sem Águas do Centro! Eu não acredito que o Entroncamento não tenha capacidade para construir uma ETAR sem Águas do Centro. Isto é uma questão que tem sido levantada e que para mim é um “papão”. –

Finalmente e porque me propus só fazer estes dois comentários e apresentar formalmente a declaração de voto da Coligação Democrática Unitária, eu, e uma vez que essa questão já foi posta formalmente, gostaria de ler e gostaria que fosse passado para a acta, as razões pelas quais vamos votar: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

«Tendo em conta o princípio básico de que a água é um elemento essencial e escasso à vida, independentemente da condição económica e social e da região onde as pessoas habitam; -----

Tendo em conta que cabe ao Estado garantir a todos os cidadãos os seus direitos fundamentais, assumindo o princípio da solidariedade, a defesa do ambiente e a qualidade de vida das populações; -----

Tendo em conta que os nossos impostos servem para o Estado e as Autarquias desenvolverem as suas políticas, prestando serviços públicos essenciais que são da sua competência, como o saneamento básico, o abastecimento de água e o tratamento de resíduos sólidos; -----

Tendo em conta que existem alternativas ao princípio de utilizador – pagador que o Governo quer impor às Câmaras, como se a água não fosse um direito, mas uma mercadoria, como se a lógica de mercado fosse compatível, nas águas, com a lógica da maximização do lucro em sistema de monopólio natural; -----

Tendo em conta o facto de o estudo apresentado a esta Assembleia Municipal anunciar a adesão a uma empresa (com domínio preponderantemente de capitais públicos) em cujos estatutos não é garantido que futuramente o Estado não aliene a sua parte, na holding Águas de Portugal ou em qualquer sub-holding, e a entregue a uma qualquer empresa privada (nacional ou estrangeira); -----

Tendo em conta que a água, sendo um bem essencial à vida, não pode faltar, o que significa que qualquer que seja a situação financeira da organização que tem a seu cargo o abastecimento, os investimentos adequados têm que ser realizados, o que é incompatível com a óptica de lucro privado; -----

Tendo em conta que o fornecimento de água, pela empresa “Águas do Centro” nos vai tornar totalmente dependentes desta empresa e da sua política, perspectivando-se desde já um agravamento claro nos custos deste bem, repetimos, essencial à vida; -----

Tendo ainda em conta que nos cabe, a nós aqui deputados que vamos votar hoje, a defesa dos interesses de quem nos elegeu, nós, Coligação Democrática Unitária, votamos contra a Adesão da Câmara Municipal do Entroncamento ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Raia – Zêzere – Nabão, Águas do Centro – Grupo Águas de Portugal.» -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o presente documento à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS: -----

O ponto número três da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por maioria com doze votos a favor**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, onze votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrou-se de imediato no ponto número quatro da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO ----- **“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPCÕES DO PLANO 2006”** -----

Pediu a palavra **Pato das Neves**: “Eu analisei cuidadosamente o documento e este é um documento técnico. Mas há aqui coisas que me deixam no mínimo espantado. Por exemplo: -----

Uma verba de oitenta mil euros para reforço da verba para cabimentação do contrato de motoristas da Rodoviária do Tejo. -----

Mas então nós estamos a meio do ano e é necessário um reforço de oitenta mil euros para reforço de verba de cabimento do contrato de motoristas? Mas que contrato é que foi feito? -----

Noventa mil euros de reforço para pagamento de iluminação pública. Senhor Presidente, por amor de Deus! Aqui as pessoas fazem previsões um bocado esquisitas! Ainda

se fosse uma verba mais pequenina, eu até aceitava, agora noventa mil euros para reforço de verba de pagamento para iluminação pública, é de facto um erro grosseiro que não abona nada as pessoas que elaboram os orçamentos e que o validam! -----

Mas eu podia ir mais longe! -----

Cinquenta mil euros para reforço da verba de pagamentos de reembolso à Direcção Geral de Tesouro. Não sei exactamente o que isto é, mas enfim... acho que devia ser uma despesa previsível logo no início do ano e que, de facto, aqui também não compreendo. -----

Duzentos mil euros para reforço para verba de pagamento à EPAL. O que terá acontecido para o reforço de duzentos mil euros? -----

Isto é estranhíssimo. Verbas desta magnitude! Eu acredito que haja necessidade num orçamento suplementar, de verbas de dois mil e quinhentos euros, dez mil euros. Mas duzentos mil euros? -----

Nós, na altura certa, iremos votar de acordo com aquilo que já decidimos dentro do Partido Socialista.” -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “As questões aqui abordadas pelo engenheiro Pato das Neves têm, na nossa perspectiva, toda a razão de ser, até porque, de facto, há aqui um conjunto de valores que se pretendem rectificar a nível do orçamento do ano que de facto são um pouco incompreensíveis. Alguns deles decorrem de contratos que pressupomos pré-estabelecidos e que não há justificação. A não ser que haja aumento de tarefas, que haja um acréscimo de tarefas da parte dos contratos, nomeadamente a questão, que já foi referida, dos motoristas da Rodoviária do Tejo, da questão da segurança do Parque de Estacionamento Subterrâneo. Inclusivamente esta questão da EPAL é uma coisa, de facto, um pouco incompreensível – como é que se chega a meio do ano e se faz um pedido de reforço de duzentos mil euros? -----

Portanto, o que isto vem demonstrar (e provavelmente no ponto a seguir isso ainda será mais reforçado, tem a ver com o empréstimo que se pretende fazer) que a gestão financeira da Autarquia e a respectiva orçamentação estão um pouco ao “Deus dará”. -----

Esta situação é um pouco incompreensível e portanto nós iremos abster-nos na votação deste ponto.” -----

De seguida, pediu a palavra **António Ferreira**: “Temos algumas perguntas para colocar relativamente aos oitenta e um mil euros que estão aqui para motoristas da Rodoviária do Tejo. Não há qualquer explicação para este custo. Gostaria de saber se isto se refere de facto ao pagamento dos motoristas, relacionado com a segunda fase do TURE? -----

Também gostaria de saber porque é que os subsídios às Associações não estavam dotados no Orçamento? Qual a razão para isso? Sendo uma verba que é previsível, sendo uma verba que já se sabe de antemão que se tem de pagar. -----

Outra razão que gostaria de saber é qual é o facto que leva que o saldo do ano anterior seja tão elevado? Há razões de alguma ordem para que o saldo seja tão elevado? O que criou tanta disponibilidade para reforçar tanto a verba? -----

A última questão, que já foi aqui referida, tem a ver com o planeamento camarário. De facto, gostaríamos que houvesse mais responsabilidade no planeamento e que esse planeamento tivesse uma melhor eficiência.” -----

Intervio de seguida, **Maria Isilda**: “Eu não me vou alongar na intervenção sobre esta matéria. No fundo estamos perante um instrumento de gestão que normalmente é utilizado. -----

As pessoas que me antecederam conhecem este instrumento. Sabem que muitas vezes quando não é possível dotar integralmente as verbas, é exactamente pela transferência do saldo do exercício anterior que se resolvem estes pequenos problemas. E portanto, é um instrumento de gestão. É a utilização de uma ferramenta que os municípios têm aos seu dispor e, portanto, é a aplicação de recursos que ficaram disponíveis no ano anterior,

eventualmente porque, com as alterações que as novas regras de contabilidade impuseram, a facturação não entrou em tempo e portanto não foi paga e houve uma maior disponibilidade e, conseqüentemente, essa disponibilidade poderá ser transferida para o exercício seguinte. –

Portanto, o Partido Social Democrata vai apoiar este ponto.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “Nós temos a acrescentar aqui mais qualquer coisa que tem a ver com a dificuldade que temos em perceber como é que numa altura destas é necessário recorrer a este mecanismo de revisão do Orçamento. -----

Sabemos que o Partido Social Democrata é um partido liberal e por conseguinte deverá perceber que estas ferramentas em termos de gestão são usadas em situações de grande crise. Direi mesmo que se estivéssemos perante uma empresa, com este tipo de orçamento, com este tipo de gestão orçamental, os gestores dessa empresa eram todos dispensados! Eram dispensados claramente com cartão de visita! -----

Infelizmente por um lado e felizmente por outro, a democracia tem outras regras, as instituições não são empresas. Mas, se calhar, às vezes era bom. Porque o que está aqui em causa é dinheiro público! Os accionistas que suportam este orçamento são os contribuintes! É o povo! -----

É verdade que eles, o povo, em Assembleia de voto, também podem correr com os gestores. É verdade que aquilo é moroso, é lento, se fosse uma empresa, a uma falência técnica, tinha que ir a hasta pública, etc., mas nós, para não sermos os “maus da fita” vamos abster-nos.” -----

Maria Isilda pediu a palavra: “Eu só queria dizer que quando nós aprovamos aqui a proposta para o ano seguinte, aprovamos uma proposta que é um projecto de plano e orçamento. É um projecto e como qualquer projecto, é sujeito a momentos de avaliação, a momentos de reformulação e depois ao controle final. -----

Portanto, surpreende-me um pouco que a intervenção que eu fiz tenha gerado algum “espanto”, porque de facto, nós sabemos que é assim que se faz! Na própria gestão das empresas, é evidente que há mecanismos de controle, como há na autarquia ou em qualquer organismo público. Mas estamos a falar de um projecto, de uma previsão que se concretiza, ou tem ajustamentos! Mal de nós quando não tem ajustamentos. Porque, meus Senhores, quando nós conseguimos cumprir integralmente um projecto do principio ao fim sem nenhuma correcção, na melhor das hipóteses, é porque não estávamos a ver o que estávamos a fazer, não fomos sensíveis aos lapsos, às necessárias correcções e fomos cegos no procurar atingir objectivos.” -----

Ferreira Marques pediu a palavra: “A questão é esta, há maus hábitos nas autarquias. Eu tenho esta opinião e é sincera. Porque a consolidação dos gastos não deve ser feita ao fim de seis meses. É um mau hábito. Tem que se fazer uma avaliação da gestão financeira dos órgãos das instituições. Consolida-las... é por isso que existem os mecanismos, existem as contabilidades, existem essas ferramentas todas, que não são só para enfeitar! Essas coisas são ferramentas de gestão que permitem, a qualquer momento, corrigir rumos, saber onde é que se deve cortar, onde é que ainda se pode gastar mais. Não é depois do barco já estar a afundar é que se vai tentar tapar o rombo! -----

As ferramentas de gestão têm de ser usadas com parcimónia, com cuidado, com capacidade, com profissionalismo e é assim que isto deve ser feito. Isto é um assunto muito sério. Estamos a lidar com dinheiro que não é nosso. O dinheiro é dos cidadãos. É uma responsabilidade acrescida.” -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “ Esta questão vai adiantada e já não se adiantará muito. Mas a propósito de projectos e daquilo que a Doutora Isilda estava a dizer, eu, na minha vida profissional, trabalhei seis anos a fazer projectos. E só lhe digo uma coisa, qualquer projectista que fizesse isto, em qualquer empresa, não era projectista mais! Porque isto são erros crassos de projecto. Há erros e há erros, há desvios, há imprevistos, tudo isso e

toda a gente compreende isso. Um projecto é uma estimativa de custos. Agora isto não é nada! Porque de facto, e não vou estar a repetir tudo aquilo que já foi dito, mas uma boa parte das despesas que aqui estão, eram mais que previsíveis! Não há nenhuma razão para isto não ser previsto! -----

Se há saldo da conta de gerência anterior, porque é que não é feita para amortizar a dívida? Já agora, porquê?” -----

O **Presidente da Assembleia** colocou o ponto em debate à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO: -----

O ponto número quatro da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por maioria com doze votos a favor**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e, onze abstenções, sendo seis do Partido Socialista, três do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO EMPRÉSTIMO NO VALOR DE ATÉ 465.810 EUROS PARA SANEAMENTO FINANCEIRO” -----

Foi dada a palavra a **António Ferreira**: “Agradeço a informação que me foi dada, com sinceridade, pela porta-voz do Partido Social Democrata. De facto, acho que saiu a “sorte grande” à Câmara e se calhar com uma terminação bastante grande. -----

Fico com esta informação e fico com a sensação de que ficaram facturas por pagar do ano anterior, muitas delas têm a ver com obras; o Governo deu a possibilidade da Câmara contrair um empréstimo financeiro; esse empréstimo financeiro veio aliviar, até certo ponto, a situação da Câmara; houve alguma disponibilidade e essa disponibilidade serviu para reforçar as verbas que nós vimos no assunto anterior. De facto, a Câmara com esta situação fica um bocado mais aliviada. -----

Outras questões em relação a este empréstimo: Nós achamos que alguma derrapagem com os custos da execução das obras seja negativo. Embora, até certo ponto, deve haver alguma compreensão com algumas coisas que foram alteradas. -----

Houve necessidade de custos suplementares no reforço da caixa sobre a ribeira de Santa Catarina, a construção das ilhas ecológicas – estas são também aspirações da Coligação Democrática Unitária. -----

Outros custos inerentes a derrapagens de reforço com a própria estrutura do estacionamento inferior – de facto, esta obra não era do nosso agrado, como foi feita na altura, no entanto, serviu e é compreensível que houvesse necessidade do reforço dessa estrutura. -----

Isto tem a ver, se calhar, com deficiência no projecto, de alguma imponderação, ou de alguma falha de dados. -----

Trata-se de facto de uma obra que foi feita e que se está a pagar. Isso também é importante. Como o acesso ao crédito, um direito legal inerente à autonomia das autarquias foi atacado pelos últimos Governos, seria contra-senso não utilizarmos estas migalhas sob forma de esmola em que é o ponto em que chegámos. O Governo retirou a possibilidade das autarquias se financiarem através do crédito em vinte por cento da sua capacidade de endividamento. Retirou essa capacidade e diminuiu-a para dez por cento. Isso leva a que as autarquias não tenham recursos para fazer face às necessidades. -----

Falou-se ainda agora na questão da ETAR e esta tem a ver com isto também. -----

O Governo cortou a possibilidade do recurso ao crédito. E portanto, nós estamos contra essa situação! -----

Desta forma, votaremos favoravelmente este empréstimo.” -----

Foi dada a palavra a **Ferreira Marques**: “Ao poder democrático exige-se transparência nos processos, rigor nas contas, contenção nos gastos, diligência no uso dos

instrumentos de controle de gestão, visão, inteligência na ilegibilidade dos investimentos prioritários e concomitantemente estratégicos que potenciem a qualidade de vida e sejam catalizadores de investimentos privados que gerem valor acrescentado. -----

Feitos estes considerandos, constata-se que, o Partido Social Democrata e o Senhor Presidente da Câmara, que foi eleito sob a sua bandeira, o desenvolvimento e modernização do Entroncamento, numa óptica de geração de riqueza, não passa de uma miragem, de uma ficção a preto e branco. -----

Numa estratégia bem arquitectada e delineada o Senhor Presidente da Câmara conseguiu afastar de possíveis tarefas vereadores democraticamente eleitos pelo povo, abdicando assim de mão-de-obra experiente, com formação académica e a custo zero. De certo, para satisfação de algum capricho pessoal ou promessa eleitoral, optando por fazer contratações milionárias, não de jovens recém licenciados, mas um ex-superior hierárquico, para Chefe de Gabinete e um Assessor Cultural, recomendado não se sabe por quem, que não trouxeram qualquer melhoria ou alteração ao método de gestão desta Câmara, que continua cada vez mais catastrófica, endividada e a comprometer o futuro do nosso Entroncamento. –

Mas, o que é isto de obras a mais? -----

O ano passado foram dezenas de obras a mais. É o mesmo que dizer que se pagaram em todas as obras adjudicadas verbas superiores aos respectivos valores de adjudicações. ---

Este ano, voltam outra vez com a saga das obras a mais. -----

Então, onde estão os responsáveis pelas derrapagens sistemáticas dos custos das obras? Então não há culpados? A culpa morre constantemente solteira? A criança não tem pai? -----

Ora, se todas as obras têm projectos de arquitectura e memórias descritivas sobre responsabilidade de arquitectos, se têm projectos de estruturas e respectivas memórias descritivas sobre a responsabilidade de engenheiros, se têm os projectos de especialidades assinadas pelos respectivos projectistas e se têm os cadernos de encargos sobre a responsabilidade de técnicos da especialidade de medições e orçamentos, se têm a aprovação política do Senhor Presidente da Câmara e, no fim de contas não se encontra nenhum responsável por este desvario sistemático? Estamos a falar de milhões de euros! Milhões de euros que são de todos nós cidadãos! E os cidadãos não estão dispostos a ver os seus impostos em manobras que nunca são clarificadas! -----

Basta Senhores! -----

Agora são quase mais cerca de quinhentos mil euros, de obras a mais no recinto multi-usos e no parque de estacionamento do pavilhão. Haja moral Senhores. O povo que em nós votou não merece isto. Exige aos eleitos muito mais e melhor. -----

Na verdade, delegaram em nós a defesa dos seus interesses e podem estar bem cientes que nós não pactuaremos com a postura sistemática deste executivo de delapidar os activos financeiros que só ao povo pertencem. -----

Quem não deve não teme. -----

Senhor Presidente da Câmara é hora de expor publicamente os autos de medições das obras e informação detalhada contida nos cadernos de encargos e nos autos de medição.

E para já, e porque não conhecemos os conteúdos, o Partido Socialista abstém-se.” ---

Foi dada a palavra a **Luís Grácio**: “Como já havíamos alertado esta Assembleia, em anteriores momentos em que a área financeira foi discutida, na nossa opinião está demonstrada a incapacidade da autarquia para gerar excedentes, pois como diz o Senhor Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, passo a citar: “As dificuldades conjunturais também se reflectem na autarquia, cujos recursos financeiros pouco mais cobrem do que as necessidades de funcionamento”. -----

Ora estando a autarquia a consumir praticamente todos os seus recursos financeiros com as necessidades de funcionamento, como pensa a gestão fazer face aos compromissos para com os seus credores? -----

Para mais, sendo a dívida actual cerca de cinco milhões de euros e estando ainda por facturar cerca de dois milhões e quinhentos mil euros comprometidos, quando os diversos credores emitirem as respectivas facturas, rapidamente estaremos com uma dívida na ordem dos sete milhões e setecentos mil euros. Isto partindo do pressuposto que todas as futuras aquisições seriam pagas a pronto de pagamento, o que não é plausível. -----

Pelo caminho que a gestão financeira da autarquia vinha tomando, estava mais que previsto, como havíamos vaticinado, que a curto prazo estaríamos a discutir a necessidade de um novo empréstimo para “saneamento financeiro”, e aqui temos de falar em saneamento financeiro entre aspas, porque o que se propõe é um mero expediente de cosmética, para acudir a uma situação mais urgente, e não como do empréstimo para saneamento financeiro que aprovámos no início do anterior mandato, em que de facto se tratou de sanear a dívida então existente, permitindo que o executivo partisse de uma situação de dívidas nulas, o que pressuporia uma gestão oposta à que na altura se criticava e se cria diferente. -----

Mas como se costuma dizer “bem prega Frei Tomás...” -----

O que nos pedem, no fundo, é que abonemos a favor da gestão caótica da maioria do Partido Social Democrata, e portanto, que demos o nosso voto favorável a esta deriva desastrosa e incompetente. -----

Todavia nós perguntamos: não haverá outra possibilidade de ultrapassar esta situação? -----

Esta pergunta é tão pertinente, quanto é forçoso questionarmo-nos para onde vão os valores de receitas extraordinárias que a maioria do Partido Social Democrata tem arrecadado com a venda ao desbarato de áreas de cedência obrigatória em sede de PDM, com que tem presenteado os operadores imobiliários. -----

Se nos lembrarmos que o montante global recebido por áreas não cedidas, conforme aprovado na reunião camarária de cinco de Junho passado, só nessa, com quatro aprovações, foi de cento e cinquenta e dois mil e setecentos euros, julgo que todos reconhecerão que a nossa interrogação tem toda a pertinência. -----

Por tudo o que acabámos de enunciar, não podemos pactuar com esta política financeira desastrosa. -----

Não podemos legitimar esta acção a caminho do abismo, e assim votaremos contra o pedido de empréstimo agora solicitado esperando que cada elemento desta Assembleia reflecta responsabilmente na decisão que vai tomar.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Nós queremos levantar uma outra questão que já levantámos em empréstimos anteriores e que é oportuno chamar a atenção. -----

É mais um empréstimo cujo serviço da dívida é protelado no tempo. Este para três anos. Os próximos que paguem. -----

Agora há uma questão, este empréstimo, devido à capacidade de endividamento que foi cortada em metade, eu penso que é positivo a Câmara recorrer a ele. E neste momento estou arrependido, não sei se mais alguém da minha bancada não está também, de nos termos abtido no anterior. Porque de facto este está correcto, é para pagamento de investimento. ---

Agora a utilização dele, tem a ver também com o ponto anterior. E o ponto anterior é que não está correcto, porque de uma forma hábil, através de engenharia financeira, este empréstimo vai servir para despesa corrente. -----

Portanto, o ponto anterior é que está mal. Permite uma derrapagem em termos de despesa corrente. Agora o recurso ao empréstimo e a possibilidade de recorrermos e aceitarmos esta forma de empréstimo para pagar obras que estão feitas e facturas que estão aí

para pagar, acho que a Câmara o deve fazer. O que não está correcto é o ponto anterior. E se tivesse de votar novamente o ponto anterior, votava contra.” -----

Pediu a palavra **Maria Isilda**: “Há pouco, quando pedi para intervir, acho que entretanto, com as intervenções que houve de seguida, a intervenção perdeu oportunidade. ---

De qualquer modo, e depois das intervenções que foram feitas, gostava só de fazer referência a que, efectivamente, a Câmara do Entroncamento, com as dificuldades que a conjuntura nos ofereceu, tem estado a procurar honrar compromissos, nomeadamente no que toca, por exemplo, à alienação de dois lotes que foi feita e cuja verba foi integralmente utilizada, ao que sei, para pagar investimento. -----

Isto é, foram vendidos lotes, mas pagou-se investimento. Portanto, não foram vendidos bens para aquilo que, em determinados momentos se questionava ou algumas pessoas questionavam, que era deitar fora para os consumos correntes. -----

Isso não está a ser feito e, portanto, acho que é de referir, tal como será de referir que, embora esta referência do “a três anos”, “para outros que paguem” tenha sido feita, não é essa a intenção do Partido Social Democrata! -----

De facto, o Partido Social Democrata já se habituou a pagar, ou a sanear financeiramente algumas coisas que não são encargos deixados pelo Partido Social Democrata! E portanto, não é perspectiva do Partido Social Democrata deixar cá encargos para o Partido Socialista ou para outra força política.” -----

O ponto em debate foi colocado à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO: -----

O ponto número cinco da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por maioria com doze votos** a favor, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; três votos contra, do Bloco de Esquerda e, oito abstenções, sendo seis do Partido Socialista e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

Entrou-se de imediato no seguinte ponto da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

“DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANISTICAS – MERCADO MUNICIPAL” -----

Pediu a palavra **Maria Isilda**: “Relativamente a este documento eu penso que a generalidade das bancadas tem a noção do que se passa. No entanto, pela informação que tenho, não é mais do que a correcção de um custo imposto pela aplicação informática que os serviços estão a utilizar e que não prevê a definição de um custo por cada dois metros, mas sim de um custo unitário e daí, a necessidade desta proposta vir à Assembleia. -----

Penso que é esta a razão de sermos confrontados com esta alteração que penso que, é aceitável.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS: -----

O ponto número seis da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

O **Presidente da Assembleia** entrou de seguida no último ponto da Ordem dos Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SETE -----
“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “É um ponto ao qual nós no passado já nos temos referido, que é o loteamento quatro de dois mil e três e três de dois mil e três. -----

Este loteamento finalmente foi aprovado. Abrange novecentos e setenta e um fogos, sessenta e duas lojas. Ou seja, são dois loteamentos onde vão morar cerca de três mil pessoas. -----

A Coligação Democrática Unitária sempre se preocupou com esta situação e nós colocamos a questão: Qual o contributo deste loteamento e quais são as exigências em termos de resolução do problema do saneamento? -----

Aqui está um exemplo, no Entroncamento, em que se autoriza este tipo de infraestruturas e utilizam-se estes loteamentos sem as devidas infraestruturas, sem as devidas estruturas de saneamento, sem outras infraestruturas. E depois aparece no estudo das Águas do Centro um equipamento que vai ser construído nessa área para servir estes loteamentos. É o povo todo do Entroncamento que vai pagar, através das taxas, essas infraestruturas. Não são os donos do loteamento, que vão ter os lucros com os fogos, que pagam essas infraestruturas, é a população do Entroncamento, à posteriori, que vai ter de pagar através de taxas exorbitantes essas infraestruturas. -----

Há aqui um contra-senso e há uma outra questão também, é que as taxas urbanísticas que são cobradas a estes loteamentos acabam por ser gastas em despesas correntes da Câmara! Da forma como as coisas estão, são gastas, quase na totalidade, em despesas correntes. -----

Portanto, conforme está este loteamento, vai estar outro loteamento. O estudo para a área da REFER vai ter uma dimensão como esta ou se calhar muito maior. E é mais uma fonte de receitas para a especulação imobiliária, é mais um custo para a população. É mais lucro para as empresas que constroem e que fazem os loteamentos. -----

Isto não pode continuar desta forma no Entroncamento.” -----

Uma vez que mais ninguém quis intervir, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**: “Apesar daquela pequena descoordenação que houve há pouco com o António Ferreira, acho que devia esclarecer aqui algumas coisas. -----

Há pouco falou-se aqui das Águas do Centro e agora fala-se dos dois loteamentos. ---

Eu tinha a certeza que iria imperar o bom senso nesta Câmara e os autarcas iriam aprovar a adesão ao sistema multi-municipal, o que era natural, porque com isso ficou o problema resolvido. -----

Quero dizer que este estudo que foi apresentado, que há pouco dizia que devia ter a parte técnica e não só financeira, tudo o que está feito aqui em plantas, foi feito pelo nosso chefe de divisão. Toda a informação escrita está feita pelo director financeiro. Portanto, é técnico/financeiro este documento. Tem a parte técnica, porque esta planta que está aqui foi feita pelos nossos serviços – o senhor conheceu no passado a planta que nos era proposta e portanto, não era esta que está aqui hoje. -----

E porquê a adesão ao sistema das Águas do Centro? Nós pertencemos à comunidade do Médio Tejo. Não renegamos isso e estamos lá de corpo inteiro e achamos que é fundamental estarmos lá. Os municípios que aderiram a algum sistema multi-municipal aderiram às Águas do Centro. -----

Evidentemente que ainda hoje vi num jornal que quarenta e nove por cento do capital das Águas do Ribatejo – espanhol e de outro grupo... a água entregue por quarenta anos. O senhor há pouco dizia que trinta anos eram muito. É verdade, mas quarenta são uma eternidade. E era para aí que nos queriam empurrar! -----

Eu concordo com os municípios da Lezíria! Todos eles juntos, todos eles aderiram àquele sistema! Se o senhor for ver, estão lá todos. -----

Diz que os juristas da Coligação Democrática Unitária consideravam ilegal o depósito de garantia. Nós também temos parecer de que não é ilegal. De qualquer maneira, admito perfeitamente que assim pense. -----

Há pouco falou-se também dos valores da nova ETAR – É claro que o senhor também conhecia (pois esteve cá connosco) que era proposta uma ETAR para vinte mil pessoas. Hoje tem uma ETAR para trinta mil habitantes. Portanto, a que era proposta era para vinte mil habitantes e neste momento é proposta para trinta mil habitantes. Se calhar, por causa disso, está o novo preço e os novos valores para a ETAR. -----

Aderimos mais a isto porque são capitais públicos. Se nós não acreditarmos no Estado, em que é que nós havemos de acreditar? Num particular? Num qualquer espanhol que vem cá? Ou no nosso Estado? Podem-nos enganar, evidentemente, todos nós estamos sujeitos. Mas... -----

Quero dizer-vos que, no dia em que veio à reunião de Câmara a proposta de adesão às Águas do Centro – foi no Dia do Ambiente – o senhor Ministro José Sócrates fez um convite à Câmara Municipal do Entroncamento, tal como fez a outros municípios, para irmos assinar, a Espinho, um protocolo para a adesão em baixa. Todos os municípios. Não acredito que ele esteja por mal a fazer isto aos municípios! Eu não acredito. Posso ter reservas noutras coisas, mas não acredito. -----

De qualquer maneira, não é isso que o Entroncamento pretende. -----

Mas nesse dia, Dia do Ambiente, em Espinho, o Primeiro Ministro convidou a Câmara Municipal do Entroncamento para estar presente, com uma minuta do protocolo – que tenho no meu gabinete – para irmos fazer a assinatura em baixa. Nós entendemos que não. -----

Isto de facto passa pelo Estado e nós também não estamos nada fora disso. -----

Das obras e do saneamento que há pouco falou, vamos continuar a fazer obras de certeza absoluta. Com mais ou menos dificuldade, mas vamos começar a fazer obras. E acreditamos que não vai ser em duodécimos do Estado que vem para cá nada! Mal geridos muitas vezes de outras empresas do Estado! Temos casos desses aqui no Entroncamento! Algumas empresas que gerem mal; os seus administradores e os seus directores, de facto, não estão à altura e isso derrapa! Fica nos duodécimos do Estado. Aqui não! Somos nós que temos que cumprir. -----

O senhor dizia há pouco: «os próximos que paguem». Nós não fugimos a isso. Contraímos um empréstimo no passado, estamos cá a pagar e o futuro ... logo se verá. -----

Mas não fugimos e estamos cá a assumir o que nos comprometemos com as pessoas a pagar. -----

Quero dizer que, em relação às águas, estou completamente à vontade. Num debate público, no Centro Cultural, eu assumi perante toda a população do Entroncamento, que era fundamental o Entroncamento aderir a um sistema multi-municipal. Assumi lá isso. Não enganei ninguém. -----

Portanto, comprometi-me com a população do Entroncamento e cá estou eu a tentar fazer melhoramentos que sejam importantes para o Entroncamento e que possamos ir buscar verbas a outros lados, para que com as verbas que temos disponíveis possamos fazer outro tipo de obras que entendemos que serão importantes para o Entroncamento.” -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Gostaria de fazer uma pequena correcção. Há aqui uma série de técnicos, hoje eu também sou técnico. -----

Uma coisa é um parecer técnico, que foi isso que nós falámos; outra coisa são desenhos feitos por técnicos! Não tem nada a ver uma coisa com a outra! -----

Nós falámos num parecer técnico. -----

Há pouco eu não o fiz, mas agora faço-o só por causa da intervenção do senhor Presidente da Câmara, uma vez que ele disse que tinha lido uma notícia num jornal e falou agora na questão dos capitais públicos e de acreditarmos ou não acreditarmos. -----

Um jornal de referência, no Jornal de Notícias de ontem, trazia a seguinte notícia: ----

«Jean-Marie Messier perdeu milhões de euros quando converteu a maior empresa de águas do mundo num conglomerado de entretenimento a “*Vivendi Universal*”. Messier devia ter continuado com o negócio das águas. A falta de água potável no mundo faz do precioso líquido, inodoro e incolor, um bem mais valioso que o petróleo. -----

O índice *volume belg worl water*, referente a onze empresas do sector, registou um rendimento de trinta e cinco por cento no ano dois mil e três, contra vinte e nove por cento de lucro em acções do crude e gás. -----

Os maiores investidores do mundo elegem a água como o produto básico mais rentável das próximas décadas. -----

As Nações Unidas estimam que, para dois mil e cinquenta (muitos de vocês estão cá, eu não estou cá de certeza absoluta), mais de dois milhões de pessoas em quarenta e oito países irão sofrer com a escassez de água potável.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir e esgotados os pontos da Ordem dos Trabalhos, o **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quinze minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. –

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiros Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes Membros da Mesa.

O Presidente: -

O 1º. Secretário: -

O 2º. Secretário: -

Elaborada pela funcionária ao serviço da Assembleia Municipal
Ana Paula Rosão – Assistente Administrativa principal